



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

**MIRIAM SANTOS PRESCINCA CORREIA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO  
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE: UMA  
ANÁLISE DO ACIRRAMENTO DOS DESMONTES DE 2016 A 2020**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2021**

**MIRIAM SANTOS PRESCINCA CORREIA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA  
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE: UMA ANÁLISE DO  
ACIRRAMENTO DOS DESMONTES DE 2016 A 2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelmiros Ferreira da Silva.

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2021**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Correia, Miriam Santos Prescinca  
C824s O Serviço social na luta contra a precarização do Sistema Único de Assistência Social em Sergipe : uma análise do acirramento dos desmontes de 2016 a 2020 / Miriam Santos Prescinca Correia ; orientadora Nelmires Ferreira da Silva. – São Cristóvão, SE, 2021.  
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Serviço social. 2. Assistência Social – Política social. 3. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 4. Conselho Federal de Serviço Social (Brasil). 5. Sergipe. I. Silva, Nelmires Ferreira da, orient. II. Título.

CDU 364 (813.7)

**MIRIAM SANTOS PRESCINCA CORREIA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA  
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE: UMA ANÁLISE DO  
ACIRRAMENTO DOS DESMONTES DE 2016-2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelmires Ferreira da Silva.

**Aprovada em: 30/11/2021.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelmires Ferreira da Silva  
**(Orientadora - UFS)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Marques dos Santos  
**(Examinadora Externa - UFS)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves  
**(Examinadora Interna - UFS)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tereza Cristina Santos Martins  
**(Examinadora Interna Suplente – UFS)**

**Dedico este trabalho a Magaiver, Mariana e  
João Mateus.**

## AGRADECIMENTOS

*“Bendito seja o Senhor, porque ouviu a voz das minhas súplicas. O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele confiou o meu coração, e fui socorrido; assim o meu coração salta de prazer, e com o meu canto o louvarei”. (Salmos 28:6,7).*

Não poderia iniciar esses agradecimentos me referindo a outras pessoas que não fossem aquelas que demonstraram o amor e cuidado do próprio Deus para comigo nos momentos mais difíceis dessa jornada.

A minha mãe, que me socorreu todas as vezes que me senti exausta e sem forças para continuar assumindo os papéis aos quais escolhi me dedicar. Se hoje sou mãe, esposa e mestre é porque ela esteve comigo. Obrigada Edimary, por ser uma mãe e avó excepcional! Te amo!

Ao meu esposo, que tem se sacrificado comigo, abrindo mão dos seus compromissos e afazeres pessoais, além das horas de lazer perdidas, para ser suporte na minha formação (é com ele que compartilho e discuto as principais ideias, antes de irem para o papel rsrs), além de ser um verdadeiro pai (no sentido mais íntegro da palavra) para Mariana, o que fez total diferença na nessa jornada. Obrigada Magaiver, te amo!

Ao meu pai, meus irmãos, meus sogros, cunhado(a)s, sobrinho(a)s, tio(a)s, primo(a)s e a minha avó, que dividem comigo os momentos mais preciosos em família para celebrar a dádiva da vida e as bênçãos do Criador.

As minhas amigas/irmãs Marcella, Larissa, Rafaela e Alice, que testemunharam meus momentos de angústia e de alegria neste percurso e se fizeram presentes através dos nossos cafezinhos permeados de desabafos, de palavras de apoio e incentivo. Aos demais irmão(a)s da Igreja Presbiteriana Jardim das Oliveiras, em especial meu pastor e as irmãs da SAF, que se preocuparam comigo, com minha saúde (física, mental e espiritual) e meu desempenho no mestrado, sobretudo nos momentos de maior fragilidade. Saibam que as orações de vocês me sustentaram até aqui. Muitíssimo obrigada!

As amigas distantes, mas sempre presentes, que se mostram verdadeiras amigas nas horas mais necessárias: Vaninha, Raquel, Renata e Rebeca, vocês são muito importantes para mim. Obrigada por tudo, meninas!

Aos meus professores da graduação e do mestrado, que contribuíram sobremaneira para minha formação enquanto assistente social; em especial às minhas orientadoras, Conceição Almeida, que esteve comigo no processo de seleção do mestrado e no início dessa jornada e à Nelmiere Ferreira, que assumiu comigo um novo projeto de pesquisa, construído e

finalizado com muito esforço, dedicação e compromisso. Obrigada pelas orientações, pela paciência e pela maneira humana como conduziu este processo.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pela parceria vivenciada, pelas informações socializadas e pela troca de conhecimentos compartilhada. Em especial a Carol, por ser esse ser humano ímpar, que se preocupa com o próximo de maneira constrangedora. Obrigada, flor!

Ao PROSS, representado nas pessoas de Walter (secretário) e da Prof.<sup>a</sup> Vera (coordenadora), que pacientemente me atenderam em todas as solicitações necessárias, desde a matrícula até o final do mestrado. Agradeço também à Prof.<sup>a</sup> Vera, por ter sido minha orientadora do Estágio Docência; sem dúvidas, um momento chave na minha formação.

À FAPITEC, pela concessão da bolsa de estudos durante 12 meses e à Universidade Federal de Sergipe, por me acolher como aluna durante esses quase 10 anos de formação. Encerro por aqui minha jornada nessa instituição e espero poder retribuir a sociedade um pouco de tudo que recebi dela.

A esses e tantos outros que estiveram comigo neste caminho, meu muito obrigada!

*“Ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo [...]”. (Isaías 10:1-2a).*

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado intitulada “O Serviço Social na Luta Contra a Precarização do Sistema Único de Assistência Social em Sergipe: uma análise do acirramento dos desmontes de 2016 a 2020” investiga a atuação do Serviço Social, através do conjunto CFESS-CRESS e suas articulações com movimentos sociais e outras categorias, em suas lutas pela defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado de Sergipe. Para tal, delimitou-se o período de 2016-2020, tendo como principais marcos o golpe que destituiu a então presidente Dilma Rousseff e a posterior implementação da Emenda Constitucional Nº95 ou “Lei do Teto dos Gastos” pelos governos de caráter ultra neoliberal que se sucederam (Temer-Bolsonaro). Estes foram os dois principais eventos recentes, no aspecto político-econômico, que marcaram um período de aprofundamento da precarização e desmontes dos direitos sociais, que já vêm ocorrendo desde os anos 1990 e se intensificando na última década. Enquanto profissão de nível superior, o Serviço Social traz em sua gênese o movimento imbricado ao estágio do capitalismo monopolista no Brasil e que, a partir da perspectiva crítica adotada em seu projeto profissional, passou a atuar sobre as expressões da questão social através da elaboração e execução de Políticas Sociais, dentre estas, a Assistência Social. Logo, lança-se ao assistente social o desafio de uma intervenção comprometida com a materialização do SUAS, rumo ao seu avanço, fortalecimento e resistência. Foi, pois, com o propósito de mapear as ações estratégicas da categoria profissional no decorrer dos últimos cinco anos, que esta dissertação configurou-se. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a dimensão ético-política que norteia os profissionais do Serviço Social sustenta-se em suas estratégias de resistência aos desmontes das conquistas sociais, frente aos ataques dos últimos governos ao pacto social, reafirmando a atual direção da profissão na defesa ao direito universal (BEHRING; BOSCHETTI 2010). Para a condução desta pesquisa, dentro do devido rigor científico, foi adotada a abordagem materialista histórico-dialética, sob a qual se apreende o objeto em seu movimento complexo e as sínteses de múltiplas determinações da realidade concreta (KOSIK, 2006). Para tanto, esse trabalho realizou-se como uma pesquisa do tipo documental e bibliográfica, de natureza qualitativa, sob a perspectiva ontológica do conhecimento, que propusemos compreender para além da aparência do real, a essência da totalidade da vida social (NETTO, 2009). Entre os resultados obtidos no transcorrer da investigação realizada, pudemos considerar que as lutas em defesa da materialidade do SUAS nos rumos da universalização têm possibilitado a retomada do debate que os aproximam ainda mais da dimensão ético-política do projeto profissional do(a)s assistentes sociais brasileiros. Percebeu-se também uma intensificação das atividades realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS voltadas para a defesa da Seguridade Social e do SUAS, levantando bandeiras como: “Não aos cortes da Seguridade Social e do SUAS”; “Nenhum direito a menos”, “SUAS Resiste” e outros. Além disso, a categoria tem se posicionado junto a movimentos sociais e representantes dos Trabalhadores/as do SUAS para unir forças na mobilização contra os ataques que a Política de Assistência vem sofrendo nos últimos cinco anos.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Política de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social; Conjunto CFESS-CRESS.

## ABSTRACT

This master's thesis entitled "Social Service in the Fight Against Precariousness of the Unified Social Assistance System in Sergipe: an analysis of the intensification of dismantling from 2016 to 2020" investigates the role of Social Service, through the CFESS-CRESS set and its articulations with social movements and other categories, in their struggles to defend the Unified Social Assistance System (SUAS) in the state of Sergipe. To this end, the period 2016-2020 was delimited, with the main milestones being the coup that ousted then-president Dilma Rousseff and the subsequent implementation of Constitutional Amendment No. 95 or "Law of Ceiling of Spending" by ultra neoliberal governments that were succeeded (Temer-Bolsonaro). These were the two main recent events, in the political-economic aspect, which marked a period of deepening precariousness and dismantling of social rights, which has been taking place since the 1990s and has intensified in the last decade. As a higher-level profession, Social Work brings in its genesis the movement intertwined with the stage of monopoly capitalism in Brazil and which, from the critical perspective adopted in its professional project, started to act on the expressions of the social issue through the elaboration and Execution of Social Policies, including Social Assistance. Therefore, the social worker is challenged with an intervention committed to the materialization of SUAS, towards its advancement, strengthening and resistance. It was, therefore, with the purpose of mapping the strategic actions of the professional category over the last five years, that this dissertation was configured. In this sense, we assume that the ethical-political dimension that guides Social Work professionals is based on their strategies of resistance to the dismantling of social achievements in the face of recent government attacks on the social pact, reaffirming the current direction of the profession in defense of universal right (BEHRING; BOSCHETTI 2010). To conduct this research, within the due scientific rigor, the historical-dialectical materialist approach was adopted, under which the object is apprehended in its complex movement and the syntheses of multiple determinations of concrete reality (KOSIK, 2006). Therefore, this work was carried out as a documental and bibliographic research, qualitative in nature, under the ontological perspective of knowledge, which we proposed to understand, beyond the appearance of reality, the essence of the totality of social life (NETTO, 2009 ). Among the results obtained in the course of the investigation carried out, we could consider that the struggles in defense of the SUAS materiality in the direction of universalization have enabled the resumption of the debate that brings them even closer to the ethical-political dimension of the professional project of the s Brazilian social workers. It was also noticed an intensification of activities carried out by the CFESS-CRESS group aimed at the defense of Social Security and SUAS, raising banners such as: "No to cuts to Social Security and SUAS"; "No rights less", "SUAS Resist" and others. In addition, the category has positioned itself with social movements and representatives of SUAS Workers to join forces in mobilizing against the attacks that the Assistance Policy has been suffering in the last five years.

**Keywords:** Social Work; Social Assistance Policy; Single Social Assistance System; CFESS-CRESS Set.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	- Linha do tempo: Estágios do capitalismo.....	48
<b>Figura 2</b>	- Linha do tempo - cartazes representando algumas das principais ações realizadas pelo CFESS em defesa do SUAS de 2016 a 2020.....	71
<b>Figura 3</b>	- Cartaz "CRESS Sergipe em defesa da valorização das/dos trabalhadoras/es do SUAS".....	80
<b>Figura 4</b>	- CFESS promove ato em defesa da seguridade social durante a 11ª Conferência Nacional da Assistência Social (2017) em Brasília-DF....	83
<b>Figura 5</b>	- Cartaz que representa ações do FNTSUAS apoiadas pelo CFESS.....	84
<b>Figura 6</b>	- Assistentes Sociais do CRESS-SE marcam presença em Ato contra a PEC 241 e o desmonte das Políticas Públicas, realizado pela entidade e movimentos sociais.....	85
<b>Figura 7</b>	- Mesa composta por palestrantes durante o II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva de Aracaju, realizado pelo INSS com apoio do CRESS-SE na UFS em 2018.....	86
<b>Figura 8</b>	- Cartaz do II Seminário do SUAS com palestra de Márcia Lopes: "SUAS em tempos de agenda ultraliberal"; realizado pelo CRESS-SE e outras entidades.....	87

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	- Perda estimada para a assistência social após a emenda constitucional 95/2016 que impõe o novo regime fiscal de 2017 a 2036.....	60
<b>Tabela 2</b>	- Ações realizadas pelo CRESS/SE segundo os relatórios de gestão de 2016 a 2020.....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BIRD</b>	- Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento
<b>BPC</b>	- Benefício de Prestação Continuada
<b>CadÚnico</b>	- Cadastro Único
<b>CAPES</b>	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBAS</b>	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
<b>CFAS</b>	- Conselho Federal de Assistentes Sociais
<b>CFESS</b>	- Conselho Federal de Serviço Social
<b>CNAS</b>	- Conselho Nacional da Assistência Social
<b>CNPq</b>	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CPJ</b>	- Capital Portador de Juros
<b>CRAS</b>	- Centro de Referência da Assistência Social
<b>CREAS</b>	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>CRESS</b>	- Conselho Regional de Serviço Social
<b>CRESS-SE</b>	- Conselho Federal de Serviço Social de Sergipe
<b>CUT</b>	- Central Única dos Trabalhadores
<b>EC</b>	- Emenda Constitucional
<b>EPI</b>	- Equipamento de Proteção Individual
<b>FETAM</b>	- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Sergipe
<b>FETSUAS-SE</b>	- Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS
<b>FMI</b>	- Fundo Monetário Internacional
<b>FNTSUAS</b>	- Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IES</b>	- Instituição de Ensino Superior
<b>IPEA</b>	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LOAS</b>	- Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	- Ministério do Desenvolvimento Social
<b>NOB-RH/SUAS</b>	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
<b>NRF</b>	- Novo Regime Fiscal
<b>OMS</b>	- Organização Mundial da Saúde
<b>OPEP</b>	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>OSS</b>	- Orçamento da Seguridade Social

<b>PAIF</b>	- Proteção e Atendimento Integral à Família
<b>PBF</b>	- Programa Bolsa Família
<b>PDF</b>	- <i>Portable Document Format</i>
<b>PEP</b>	- Projeto Ético Político
<b>PIB</b>	- Produto Interno Bruto
<b>PLOA</b>	- Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>PNADC</b>	- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua
<b>PNAS</b>	- Política Nacional de Assistência Social
<b>POF</b>	- Pesquisa de Orçamento Familiar
<b>PROSS</b>	- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
<b>PSB</b>	- Proteção Social Básica
<b>PSE</b>	- Proteção Social Especial
<b>SCFV</b>	- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>SINDASSE</b>	- Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe
<b>SUAS</b>	- Sistema Único de Assistência Social
<b>SUS</b>	- Sistema Único de Saúde
<b>TCU</b>	- Tribunal de Contas da União
<b>UFRJ</b>	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFS</b>	- Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL, PESQUISA E MÉTODO CIENTÍFICO.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>O Serviço Social e a Pesquisa Científica: tendências e desafios.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>A Perspectiva Ontológica e o Método Materialista Histórico-Dialético.....</b>	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>Serviço Social: uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho sob a tensão do estágio do capitalismo monopolista no Brasil.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Profissionais de Luta: a dimensão Ético-Política do Exercício Profissional dos 1 Assistentes Sociais.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Serviço Social em Tempo de Crise do Trabalho: os Desafios Contemporâneos ao 2 Projeto Profissional.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2</b>	<b>Estágios e Crises Cíclicas do Capitalismo: o papel do Estado e as Políticas Sociais.....</b>	<b>47</b>
<b>3.3</b>	<b>Rebatimentos da Crise do Capitalismo sobre a PNAS e a Precarização do SUAS.....</b>	<b>56</b>
<b>3.4</b>	<b>O SUAS na Linha de Frente: Crise sanitária e desgovernos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020 no Brasil.....</b>	<b>62</b>
<b>4</b>	<b>ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO SUAS EM SERGIPE.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1</b>	<b>Atuação CFESS em Defesa do SUAS: ações de 2016 a 2020.....</b>	<b>69</b>
<b>4.2</b>	<b>Ações do CRESS/SE em Defesa do SUAS: de 2016 a 2020.....</b>	<b>75</b>
<b>4.3</b>	<b>Posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS junto a Movimentos Sociais e outras Categorias em Defesa do SUAS.....</b>	<b>81</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>
	<b>ANEXO I - Cartaz que ilustra a Nota Pública do CFESS contra o primeiro 1 damismo e o desmonte do SUAS.....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXO II - Cartaz do Ato/Live "Assistência Social, Direito do Povo, com 2 Financiamento Público e Participação Popular" realizado por várias Entidades e</b>	<b>99</b>

apoiado pelo CFESS em 2020.....	
<b>ANEXO III - Cartaz do II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva Aracaju, realizado com apoio do CRESS-SE em 2018, com participação de Ivanete Boschetti. Tema: “A Seguridade Social que temos e a que queremos”.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de Análise Documental.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde 2014, o Brasil vem atravessando um período de crise política e econômica considerada inédita no século XXI. No último governo da então presidente Dilma Rousseff, o País registrou crescimento negativo de -3,5%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). A partir de então, intensificou-se o processo de contraofensiva neoliberal com os arrochos que caracterizaram a gestão de Joaquim Levy na Secretaria da Fazenda. Porém, foram nos governos seguintes, de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (presente), que a adoção de uma agenda de austeridade radical e a ultraneoliberalização da economia tomaram formas mais severas no País, com a adoção de reformas e políticas cujos principais resultados têm sido o desmonte do Sistema de Proteção Social garantido pela Constituição Federal de 1988, a precarização do trabalho, o desemprego e o empobrecimento da população brasileira.

Os dados que ilustram bem a crise pela qual o Brasil tem atravessado e que tem sido agravada pela agenda ultraneoliberal manifestam-se no mercado de trabalho e no aumento da pobreza no País. A taxa de desocupação da força de trabalho, de acordo com Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNADC) do IBGE, saltou de 8,9% em 2015 para 13,9% em 2020, representando um contingente de 13,9 milhões de desempregados. Este percentual de pessoas fora do mercado de trabalho piorou no último trimestre de 2020, subindo para 20,7%, se combinado ao percentual de pessoas subocupadas, isto é, que trabalham menos horas semanais quanto gostariam. O percentual da população brasileira considerada miserável, segundo o Banco Mundial, saltou de 3,15% em 2015 para 4,61% em 2019. Já o percentual de pobres, passou de 7,72% para 9,12 no mesmo período. Isso refletiu na piora da desigualdade, com o índice de *Gini* (indicador que mede o nível de concentração de renda de um país ou região) saltando de 0,519 para 0,539 entre 2015 e 2020, também de acordo com os dados do Banco Mundial.

Outro reflexo da degradação das condições de vida no Brasil está no crescimento do número de famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) de 5,67% em 2020 comparado a 2015, totalizando em 28,9 milhões de famílias. A demanda pelo Programa Bolsa Família (PBF), por sua vez, também aumentou e o número de famílias assistidas pela transferência direta de renda cresceu em 2,37% comparando 2020 e 2015. Isso mostra o quanto a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem se tornado cada vez mais necessária no contexto de crescimento da pobreza e miséria em que se encontra o Brasil. Porém, a revelia dos dados,

o que se passa é a total precarização desta política, materializada nos cortes orçamentários que restringem a oferta de serviços à população, além da desvalorização das categorias profissionais que nela atuam, dentre as quais está o Serviço Social, que ocupa um lugar de primazia na elaboração, execução e no avanço de políticas públicas como a PNAS, cujos serviços são executados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cabe ressaltar que a referida Política que hoje encontra-se ameaçada pelo caráter econômico ultraneoliberal dos últimos governos tem uma trajetória recente forjada de lutas, avanços e conquistas que começaram muito antes da mesma ser garantida constitucionalmente.

No Brasil, as ações assistencialistas caracterizadas pela benesse, caridade e pela filantropia social, que por décadas mantiveram relações de favor e compadrio clientelistas, declinaram a partir do avanço das lutas sociais da sociedade civil, que culminou no marco legal da Constituição Federal de 1988. O fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada resultou em políticas descentralizadas e municipalizadas, bem como na ampliação da participação social, possibilitando maior protagonismo da sociedade civil na luta pelo acesso universalizado da Seguridade Social no Brasil (YAZBEK, 2004 apud MENDES; ALMEIDA, 2014).

Mediante o marco legal da Carta Constitucional de 1988, a Assistência Social passou a integrar o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Mais tarde, em 1993, a PNAS passaria a ser regida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a partir de 2004, também pela PNAS, cujo processo de implementação vem ocorrendo desde 2005 através do SUAS, que busca garantir a milhões de brasileiros o acesso aos direitos sociais materializados nos serviços prestados nos equipamentos públicos, através de programas de transferências de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Direitos esses que hoje encontram-se ameaçados pela sucessão de governos neoliberais em ascendência no Brasil desde a década de 1990, mas que ressurgiram com maior força a partir de 2016, com o *impeachment*<sup>1</sup> da então presidenta Dilma Rousseff.

---

<sup>1</sup> Segundo a Agência Senado (2016, p. 1-2), “O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. [...] Na justificação para o pedido de *impeachment*, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. [...] A defesa, por sua vez, afirmou que os decretos de crédito suplementar foram baseados em remanejamento de recursos, excesso de arrecadação ou *superavit* financeiro, ou seja, não significaram aumento de despesa. [...] Com uma duração de 273 dias, [...] e após 6 dias de julgamento, o Senado concluiu, em 31 de agosto, o *impeachment* de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos

Foi, sobretudo, na década de 1990, sob o reordenamento das forças produtivas, que se instaurou o neoliberalismo como orientação da desregulação estatal. Em decorrência, inicia-se a “reforma” do Estado, no tenso e contraditório panorama da redemocratização e das conquistas sociais asseguradas na Carta de 1988.

É consenso entre os trabalhadores e pesquisadores das políticas sociais que o Brasil encontra-se hoje em um contexto político e econômico de total desmonte no que tange aos avanços da ampliação dos Direitos Sociais arduamente conquistados até o presente momento. Importante sinalizar o exemplo da Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como “Lei do Teto dos Gastos” ou ainda como “PEC da Morte”, como foi chamada por seus opositores, aprovada no último governo Michel Temer, que assumiu o poder pós-golpe<sup>2</sup> da então presidente Dilma Rousseff em 2016. A referida emenda limita os gastos públicos por vinte anos, sendo o orçamento atualizado apenas pela inflação acumulada do ano anterior, a começar por 2016 e assim sucessivamente (PAIVA *et al.*, 2016). Segundo especialistas críticos, a medida comprometerá a capacidade do Estado brasileiro em investir na Seguridade Social como um todo, prejudicando a vida dos brasileiros mais pobres, que dependem exclusivamente de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o SUAS. Outros exemplos são as atuais medidas do atual governo Jair Bolsonaro, que recentemente conseguiu endurecer os critérios de elegibilidade do BPC, através da Lei nº 14.176/2021. Além disso, o referido governo tem pretendido alterar a maior base de dados das políticas sociais existente no Brasil, o CadÚnico, trocando-o por um auto cadastramento do usuário através de um aplicativo no celular, o que dificultaria o acesso de milhões de brasileiros, além impedir o contato pessoal entre usuários e profissionais especializados em preencher o cadastro e identificar suas demandas. Tais medidas declaram a intencionalidade traiçoeira de, aos poucos, desmontar completamente o que já foi construído no País até o presente momento, através do SUAS.

Ao analisar esse contexto conjuntural do atual quadro político-econômico brasileiro, consideramos que estes fatos, não isolados, mas imbricados ao processo de crise política instaurado no País, foram marcos importantes para intensificação da precarização das Políticas Sociais no Brasil, especificamente no final da última década do século XXI. Notamos ainda que toda a construção da pesquisa vem enfatizando os fatos mencionados,

---

políticos. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil”.

<sup>2</sup> “Dilma classificou de golpe a aprovação do *impeachment* e acusou o então vice-presidente, Michel Temer, e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração”. (AGÊNCIA SENADO, 2016, p. 2).

tamanho o impacto dos mesmos sobre a efetivação das políticas públicas, em que atuam o Serviço Social. Por essa razão, optamos por reduzir o marco temporal desta pesquisa (anteriormente definido em 2010-2020), dando foco aos rebatimentos dos últimos dois governos (Temer-Bolsonaro) sobre o SUAS e identificando as ações e posicionamentos do Serviço Social, através dos seus órgãos representativos (CFESS-CRESS), dentro deste período: 2016-2020.

É, pois, nesse contexto de precarização e retrocessos de importantes conquistas sociais que o Serviço Social atua como uma das profissões inseridas na divisão sociotécnica do trabalho mais presentes na elaboração de políticas sociais e na execução dos serviços socioassistenciais ofertados nos equipamentos através do SUAS. Raichelis (2010, p. 755, grifo nosso) descreve esse cenário e aponta um desafio:

O cenário de fragilização do SUAS — congelamento de recursos, conservadorismo, gerencialismo e focalismos — é dinamizado, de forma aberta ou disfarçada, pelo avanço de medidas neoliberais com flexibilização e redução dos direitos e desmonte de sistemas estatais públicos. Realidade que sinaliza como **desafio fundamental a luta dos sujeitos políticos do SUAS incorporada e presente nas lutas mais gerais em defesa dos direitos.**

Neste panorama, o SUAS tem sido inviabilizado através do congelamento de recursos, por meio da Emenda Constitucional nº 95/16 e de medidas governamentais que comprometem o pleno funcionamento das instâncias de pactuação e de deliberação e a garantia de serviços e benefícios socioassistenciais. Nesse contexto, programas fisiologistas e conservadores que reforçam o assistencialismo, o primeiro damismo e o controle da população pobre representam um retrocesso que contraria a construção histórica e democrática do direito à Assistência Social. Corroboram para tal problemática a interrupção de serviços, a redução do acesso aos benefícios, a precarização das condições de trabalho, a redução dos salários, a ampliação dos vínculos precários e instáveis, o descumprimento do pacto federativo, da primazia do Estado diante das demandas sociais e territoriais, o descumprimento das legislações e normativas do SUAS, especialmente devido à falta de regularidade no repasse de recursos e descumprimento das responsabilidades definidas.

A categoria de Assistentes Sociais denuncia o desmonte da institucionalidade do SUAS e dos direitos previstos na sua legislação, o desrespeito ao caráter democrático e deliberativo dos conselhos nas três esferas de governo, o aumento das violações de direitos pelo crescimento de posições autoritárias e reacionárias e se posiciona pela revogação da

Emenda Constitucional (EC) nº 95/16, além de todas as contrarreformas, que funcionam como um alerta quanto aos riscos no agravamento da desproteção social, o que contribui para o aprofundamento da desigualdade, afetando especialmente a população negra em situação de pobreza, com direitos violados, as pessoas em situação de rua, as infâncias e juventudes, as mulheres, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, a população LGBTQI+, os povos indígenas e todos aqueles e aquelas em condição de maior vulnerabilidade e desigualdade (CFESS, 2020).

Frente à conjuntura do Brasil em contínuas metamorfoses incidentes sob o mundo do trabalho e os tendentes rebatimentos da agenda contra reformista sobre direitos sociais, o conjunto CFESS-CRESS desencadeia debates para impulsionar a reformulação da legislação profissional, como forma de garantir o comprometimento de uma profissão voltada para os princípios da equidade social e da defesa intransigente dos direitos. No ano 2000, por força do encontro dos delegados, que se reuniram no XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS na cidade de Maceió (AL), representando o conjunto do(a)s assistentes sociais brasileiros, foi afixada publicamente a importância da luta em defesa da Seguridade Social pública no País, através do documento que ficou conhecido como “Carta de Maceió”<sup>3</sup>.

Entretanto, a Seguridade Social, pactuada em plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da Democracia e da Cidadania na sociedade brasileira. A defesa da Seguridade faz parte da agenda do conjunto CFESS/CRESS, balizada no projeto ético-político profissional do Serviço Social. Diante da atual investida do grande capital especulativo, é imprescindível insistir entre os segmentos dos trabalhadores que mantêm a sua defesa. Sabe-se que muitos abandonaram a luta e de maneira pragmática aderiram à proposta focalista e privatista em curso; outros priorizaram a inserção e mobilização em torno das políticas setoriais.

Assim, diante de um contexto tão regressivo, o grande desafio para o Serviço Social é conseguir concretizar seu projeto ético-político comprometido com a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, com a defesa de políticas sociais universais, com a luta por condições de trabalho adequadas para o exercício profissional e, conseqüentemente, com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. Nessa mesma direção, Silveira (2007) enfatiza que se trata de um momento de resistência das entidades representativas da profissão, especialmente do conjunto CFESS/CRESS, sustentadas nos avanços teóricos e ético-políticos, construídos coletivamente. Desta maneira,

---

<sup>3</sup> Na ocasião, reafirmaram ainda sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros.

Os assistentes sociais, pela sua inserção profissional histórica nas políticas sociais, realizaram a crítica do assistencialismo, do clientelismo e da ausência de mecanismos democráticos de controle social. Participaram da luta na constituinte, na definição da legislação complementar das políticas de seguridade, com destaque para a assistência social. Enfim, constituímos uma referência política para os demais segmentos dos trabalhadores e outros movimentos sociais nesse campo. E vimos neste duro contexto de recrudescimento das tendências mais perversas da formação social e política do Brasil, acirrado pelas políticas neoliberais, sendo um polo crítico, propositivo e combativo, na resistência à verdadeira inviabilização da seguridade social pública preconizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O Conjunto CFESS/CRESS teve e tem um papel indiscutível nesse processo. (CARTA DE MACEIÓ, 2000, p. 2).

Conforme percebe-se mais especificamente na seção 3 deste trabalho dissertativo, enquanto profissão de nível superior, o Serviço Social traz em sua gênese o movimento imbricado ao estágio do capitalismo monopolista no Brasil e que, a partir da perspectiva crítica adotada após o Movimento de Reconceituação (1967), passou a atuar sobre as expressões da questão social através da elaboração e execução de Políticas Sociais, dentre estas, a Assistência Social, sob a diretriz do compromisso ético-político com o acesso universal aos direitos de proteção social (IAMAMOTO, 2008). Neste contexto, é lançado ao assistente social o desafio de uma intervenção comprometida com a defesa do SUAS: seu avanço, fortalecimento e resistência. Com o objetivo de identificar as formas de atuação e o posicionamento da categoria do(a)s assistentes sociais, através de suas entidades representativas, ou seja, do conjunto CFESS/CRESS, ao longo dos últimos cinco anos (2016-2020), em defesa do SUAS, é que foi realizada esta pesquisa. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a diretriz ético-política que norteia a categoria do(a)s assistentes sociais sustenta-se em suas estratégias de resistência aos desmontes das conquistas sociais.

Os resultados preliminares, obtidos através da coleta de documentos (em sua maioria, virtuais) mostram que numa conjuntura de sucessivas crises, cujas alternativas têm sido a destruição do pacto social com as políticas de proteção social, pode-se verificar uma atuação relevante da categoria através da realização de atos, cartas, protestos, seminários, debates, notas públicas etc., demarcando posicionamentos em defesa do SUAS. Estes revelam as interferências dos assistentes sociais em reafirmar o sentido e o significado atual da profissão, na luta e defesa das políticas sociais e, portanto, a PNAS, mediante o modelo SUAS (YAZBEK, 2017).

O Serviço Social em Sergipe, conforme pesquisa CFESS-CRESS (2008), configura um panorama de vários trabalhadores(as) da PNAS. Dentre eles, os assistentes sociais que atuam em vários equipamentos sociais participaram da proposta da carta e repudiam a política de desmonte do SUAS, através do corte no orçamento, o qual registra, atualmente, algo em torno de 64%. Na articulação junto aos movimentos sociais, da organização e efetivação do SUAS, da Democracia e dos Direitos Sociais, a PNAS tem contado com o apoio daqueles (as) que estão no processo de luta e participação nas esferas estatais e municipais. Assim, junto a várias entidades e categorias, o Serviço Social vem ao longo do tempo construindo suas agendas e bandeiras, associadas ao conjunto de estudos, pesquisas e produções do conhecimento que focalizam a Assistência Social com direção do modelo SUAS.

A partir dessa contextualização e problematização, localizou-se o **objeto de estudo**, que se configurou na apreensão das estratégias de articulação política do(a)s assistentes sociais em Sergipe na luta e defesa do SUAS numa conjuntura de aprofundamento da agenda ultraneoliberal nos então governos de direita (Temer-Bolsonaro). Para isso, delimitou-se o panorama entre 2016-2020, tendo em vista ser um período de intenso acirramento da precarização e desmonte dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, sob a égide do contexto da financeirização e do neoliberalismo.

Logo, a partir da identificação do objeto, emergiu a seguinte questão norteadora: **Quais as estratégias que a categoria dos assistentes sociais e suas entidades representativas (CFESS-CRESS) têm conseguido pautar em suas articulações e mobilizações no período de 2016-2020?**

Por tratar-se de uma categoria profissional comprometida com a luta por direitos em diversas frentes, como exposto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2011), levantou-se a **hipótese diretriz** de que esforços têm sido empreendidos pela categoria de assistentes sociais no sentido de fortalecer o SUAS, apesar do contexto de formação por vezes precário e da conjuntura adversa à mobilização da categoria. Uma **segunda hipótese** verificada está na suposta tendência de luta política da categoria de Assistentes Sociais, através do engajamento com uma agenda de ações em defesa do SUAS, principalmente porque, sob a perspectiva do referido modelo, a Assistência Social é um dos espaços majoritários de inserção desses profissionais.

Com base no objeto de estudo, propôs-se como **objetivo geral** investigar a atuação do Serviço Social, através do conjunto CFESS-CRESS e suas articulações com movimentos sociais e outras categorias, em suas lutas pela defesa do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) no estado de Sergipe nos últimos cinco anos (2016-2020). Como **objetivos específicos** destacam-se: a) mapear as atividades estratégicas mobilizadas pelo conjunto CFESS-CRESS-SE acerca do debate e da luta da categoria na defesa do SUAS; b) analisar como o Serviço Social, segundo seu direcionamento ético-político, tem marcado posição junto aos movimentos sociais e outras categorias em defesa do SUAS.

Para fins de organização, este trabalho encontra-se estruturado nas seguintes partes: **Introdução**, na qual situamos um breve panorama geral, contextualizando os elementos problematizadores do tema, centrando na atual conjuntura das políticas públicas do País, na qual se delimitaram o objeto, a questão norteadora, as hipóteses e os objetivos. Na sequência, **O Serviço Social, Pesquisa e o Método Científico** – aborda a relação entre o Serviço Social e a pesquisa científica, explicitando os procedimentos metodológicos e o método adotado neste estudo, a saber, o materialismo histórico-dialético. **O Serviço Social e Políticas Sociais em Tempos de Crise do Capital** - discorre acerca do Serviço Social como profissão inserida no contexto de crise do capitalismo e identifica os principais rebatimentos dessa crise nos desafios para categoria, sobretudo em sua atuação na PNAS. Traz ainda uma contextualização sobre os desafios advindos da Pandemia de Covid-19 sobre esta Política e aos trabalhadores do SUAS. Na sequência sumariada da dissertação, o **Serviço Social na Luta Política contra a Precarização do Sistema Único de Saúde (SUAS) em Sergipe** traz a análise dos dados coletados acerca das mobilizações do conjunto CFESS-CRESS contra a precarização e em defesa do SUAS em Sergipe, no panorama de 2016-2020. Por fim, destacam-se as **Considerações Finais**, que foram obtidas a partir da pesquisa realizada e das análises em todo processo de desenvolvimento deste trabalho.

Cabe considerar a relevância desta pesquisa para a construção do conhecimento acerca da atuação do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, conforme preconiza o seu Código de Ética Profissional atual (1993). Ressalta-se ainda a importância desta pesquisa para a socialização dos resultados, que podem contribuir para reforçar os movimentos de luta pelos direitos da classe trabalhadora, tanto da categoria de Serviço Social quanto da população usuária do SUAS.

De igual modo, a importância desse estudo encontra-se na apreensão da dimensão política, que traz à tona os posicionamentos estratégicos da categoria do(a)s assistentes sociais como compromisso assumido com a luta pelo acesso à rede de bens e serviços socioassistenciais de direito do cidadão, como mecanismo de enfrentamento a expressões das

desigualdades sociais em Sergipe. Trata-se ainda de um tema central nos estudos e pesquisa do Serviço Social, que certamente contribuirá para fomentar debates e reflexões tanto na graduação, quanto na pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e demais Instituições de Ensino Superior (IES).

Diante do exposto, espera-se que esta dissertação seja parte imprescindível do acervo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da UFS, podendo também subsidiar a formação, as pesquisas e a extensão acadêmica de modo a fortalecer a profissão e os profissionais de Serviço Social, especialmente numa conjuntura de crise e de desmontes das políticas sociais.

O processo de construção do conhecimento desta pesquisa vem ainda contribuir sobremaneira para o crescimento da autora, que apesar de enfrentar, por vezes, contextos adversos, persistiu acreditando nos frutos deste trabalho, que embora não sejam imediatos, com certeza serão profícuos, tanto para sua atuação profissional quanto para o seu amadurecimento pessoal.

## 2 SERVIÇO SOCIAL, PESQUISA E MÉTODO CIENTÍFICO

*“Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” Marx (1989).*

Este capítulo inicial apresenta de maneira breve a relação do Serviço Social com a pesquisa científica e suas principais tendências temáticas, bem como alguns desafios impostos à profissão. É exposto o método de pesquisa científico, à luz da perspectiva ontológica do conhecimento, a saber, o materialismo histórico-dialético, referenciado nos seguintes autores: Kosik (1976), José Paulo Netto (2009), Ivo Tonet (2018), Sérgio Lessa (2013) e Marx e Engels (1998). Por fim, sistematizam-se as etapas dos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, cuja natureza é do tipo documental e bibliográfica.

### 2.1 O Serviço Social e a Pesquisa Científica: tendências e desafios

A abordagem marxiana entre a ontologia e o método materialista histórico-dialético foi adotada como direção teórica-metodológica no Serviço Social brasileiro, vindo na década de 1980 a se formatar como instrumento de enfrentamento ao conservadorismo no interior do debate, da pesquisa e da produção do conhecimento. Sob a diretriz do desenvolvimento da cultura da pesquisa em serviço social, à luz da práxis emancipatória, essa abordagem passa a ser direção hegemônica, quando, conforme José Paulo Netto (2004), a categoria concretiza sua consolidação nos programas de pós-graduação. Logo nos anos 1980 adquiriu maturidade teórico-crítica para o tratamento da profissão no contexto da reprodução das relações sociais capitalistas, quando incorpora a direção teórico-metodológica e crítico-dialética, haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana.

No decorrer das tensões no interior do serviço social, muitas têm sido as dificuldades enfrentadas pela categoria profissional no âmbito da sua intervenção crítica<sup>4</sup>. Setubal (2007) acredita que a produção do conhecimento pela via da pesquisa é o caminho que possibilita o rompimento do Serviço Social com a “pseudoconcreticidade”, que segundo Kosik (1976) reduz o homem ao nível da práxis utilitária. A autora expõe a necessidade do

---

<sup>4</sup> Veremos mais adiante, na seção 3, que após o Movimento de Reconceituação no Brasil, na década de 1960, o Serviço Social brasileiro passou a intervir na realidade social a partir da perspectiva crítica proposta pelo Método Materialista Histórico-Dialético.

“desenvolvimento da prática investigativa, não apenas para cumprir exigências institucionais, mas também para cumprir exigências do Serviço Social como profissão historicamente situada” (SETUBAL, 2007, p. 66), mostrando com isso a íntima relação existente entre teoria e prática e a centralidade desta relação durante toda a formação e atuação profissional.

Kameyama (1998) pontua que durante muito tempo a formação dos(as) assistentes sociais privilegiou o aspecto técnico-operativo em detrimento da produção do conhecimento, devido ao caráter interventivo da profissão. Mendes e Almeida (2014) destacam que a temática de investigação da pesquisa no Serviço Social e a sua relação com a produção do conhecimento é recente e advém da criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 1970 e, posteriormente, da inserção dos pesquisadores de Serviço Social nas agências de fomento à pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na década de 1980. As autoras expõem ainda que, assim como nas demais áreas do conhecimento, o desenvolvimento da pesquisa no Serviço Social provém da atuação acadêmica de docentes e discentes da pós-graduação *stricto sensu*, originada a partir de trabalhos de conclusão de curso, de pesquisas nos campos de estágio supervisionado e monografias de cursos de especialização.

Setúbal (2007) mostra, com base nos currículos e nas Diretrizes Curriculares de 1996, como a Pesquisa sempre esteve presente como matéria essencial e como parte dos princípios básicos à formação profissional, o que faz o Serviço Social reconhecer a complexidade da realidade na qual intervém e que precisa ser desvendada pela essência, a partir da sua movimentação histórica, como propõe o método histórico-dialético de Marx. A autora faz um breve levantamento dos números de publicações e de participações dos assistentes sociais nos eventos de pesquisa da área, mostrando que há um esforço significativo da categoria, sobretudo no âmbito da pós-graduação, mestrado e doutorado, em se aprofundar nas pesquisas, apesar de ainda ser uma profissão “jovem no mundo” e das conjunturas muitas vezes serem adversas no contexto acadêmico.

A pesquisa realizada por Mendes e Almeida (2014, p. 657) mostrou duas grandes tendências da pesquisa no Serviço Social hoje: a primeira é a predominância de análises das políticas sociais ou Serviço Social Aplicado, a partir da atuação nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais; a segunda tendência refere-se ao foco das pesquisas do Serviço Social, vinculado às “múltiplas demandas sociais historicamente determinadas pela

sociedade capitalista”, tendência essa que segue na contramão do interesse investigativo dos órgãos de fomento.

Acerca das tendências temáticas, Kameyama (1998) pontua que há uma interseção com a dinâmica da sociedade e com os acontecimentos históricos que rebatem como demandas ou requisições à profissão. Para a autora, segundo Kowarick (1995) há uma relação entre as temáticas e a conjuntura, porém não há uma linearidade entre a realidade social e a produção de conhecimento daquela sociedade.

Há ainda outras duas novas tendências lançadas pelo CNPq, que podem ser profícuas às pesquisas no Serviço Social. Uma delas é o enfoque na educação e popularização de Ciência e Tecnologia e a outra é o foco na Interdisciplinaridade; ambas já estão presentes nas pesquisas na área do Serviço Social, mas ainda assim expressam as exigências das agências de fomento e impõem desafios aos pesquisadores, como o produtivismo e o direcionamento de recursos e programas para áreas específicas. Apesar dos desafios que envolvem o exercício da pesquisa científica, Setúbal (2007) acredita que o Serviço Social tem avançado no âmbito da Pesquisa. A autora diz ainda que:

[...] a pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporada à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. (SETUBAL, 2007, p. 70).

Desta forma, ela lança o desafio de construir um “vir a ser” novo para o Serviço Social, pautado na pesquisa que revela a essência da realidade sobre a qual se busca intervir para transformar, com base no Projeto Ético Político Profissional comprometido com a perspectiva crítico revolucionária. Nessa direção, segundo Paulo Netto (2004), a análise de Yamamoto singulariza-se pela justa compreensão desenvolvida da postura teórico-metodológica marxiana que não só procura compreender o mundo, mas transformá-lo.

Mendes e Almeida (2014) reconhecem que, embora o exercício da pesquisa no Serviço Social seja relativamente recente, cerca de cinco décadas, houve significativos avanços na produção do conhecimento na área; mas, reforça o desafio proposto por Yazbek (2004, p. 12, apud MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 657): “conhecer e mudar a realidade, buscando respostas criativas, competentes e inovadoras frente aos desafios colocados pela realidade na qual a profissão se move”. Logo, o método científico é fundamental para se produzir conhecimento válido e, portanto, aceito na sociedade.

Segundo Lara (2007, p. 5), o método “é um modo de apreensão do real, que tem por base uma concepção de mundo na qual o pesquisador apoia-se para investigar determinada realidade social”. O serviço social, por sua vez, apropria-se de três perspectivas teóricas, a saber: o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético, sendo este último o método adotado hegemonicamente pela categoria. Segundo o autor, a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social está associada à realidade social como ponto de partida das análises científicas e da produção do conhecimento, o que nos aproxima de respostas concretas às questões que emergem no mundo o qual vivemos. As especificidades desse método são observadas com maior profundidade no tópico seguinte.

## **2.2 A Perspectiva Ontológica e o Método Materialista Histórico-Dialético**

A partir da contextualização e da problematização postas na introdução deste material dissertativo, propõe-se tratar do objeto foco deste estudo à luz da abordagem materialista histórico-dialética, por entender que é na apreensão da complexidade da vida social que um dado fenômeno apresenta-se em suas múltiplas determinações. Para isso, passa-se a tratar acerca do método adotado para as análises a serem apreendidas sob a dimensão da teoria social marxiana.

Logo, Tonet (2018) apresenta dois caminhos ou pontos de vista a partir dos quais a metodologia científica moderna poderia abordar a problemática do conhecimento, sendo estes o gnosiológico e o ontológico. Porém, o autor denuncia que há um falseamento na abordagem da problemática do conhecimento, pois esta é apresentada apenas a partir da perspectiva gnosiológica, o que provoca várias consequências sociais, considerando que o conhecimento é um instrumento para a intervenção social.

O autor pontua dois conceitos fundamentais: a gnosiologia como sendo “o estudo da problemática do conhecimento” e a ontologia como sendo “o estudo do ser” (TONET, 2018, p. 12), destacando que essas duas abordagens são produtos sócio-históricos cuja gênese, natureza e função são apreciadas mais adiante (TONET, 2018, p. 13). Sobre os pontos de vista a partir desses dois conceitos, Tonet (2018) coloca que a concepção gnosiológica caracteriza-se pelo fato de que na relação entre sujeito e objeto, sua abordagem tem como eixo o sujeito, sendo este o polo regente do processo de conhecimento. Neste caso, a ênfase está não só “no caráter ativo do sujeito no processo de conhecimento, mas especialmente no fato de que ele constrói (teoricamente) o objeto” (TONET, 2018, p. 13). Já sob o ponto de vista ontológico, a

abordagem do objeto tem como eixo o próprio objeto, implicando a subordinação do sujeito ao objeto. Neste caso, o sujeito não constrói teoricamente o objeto, mas traduz a realidade do próprio objeto (TONET, 2018, p. 14).

Segundo Kosik (1976), a primária ação do homem ante a realidade que o cerca não é a de um investigador abstrato que examina os fatos apenas teoricamente, mas é um sujeito histórico e agente objetivo e prático, tanto natural, quanto socialmente, intentando obter sucesso no alcance de seus interesses enquanto desenvolve relações. Por outro lado, o mesmo autor ressalta que essa realidade não é posta nua e crua, mas revestida de fenômeno. Ora, o fenômeno não é o ente em si; contudo, compreendê-lo é compreender a essência.

Tonet (2018) classifica em três grandes momentos ou estágios importantes o desenvolvimento da compreensão das abordagens relativas ao conhecimento; são eles: o greco-medieval, o moderno e o marxiano. O autor justifica-os a partir de um pressuposto geral de que as classes sociais, desde quando passaram a existir, são o sujeito fundamental da história e do conhecimento. Ele define classes sociais como “grandes grupos de indivíduos cuja origem está no processo de produção e apropriação da riqueza” (TONET, 2018, p. 16). Assim sendo, em todos os modos de produção há duas classes fundamentais: a dos que produzem a riqueza e a daqueles que são proprietários dos meios de produção e se apropriam da riqueza produzida. Baseado em Marx e Engels (1998, p. 40), o autor reafirma que “a história de todas as sociedades (história escrita, I. T.) até hoje é a história da luta de classes” e que é a partir desta luta que se desenrola todo processo social.

Tonet (2018) destaca ainda que a manutenção do domínio de uma classe sobre outra requer forças materiais e não materiais e a elaboração de uma concepção de mundo, sendo, para isso, necessárias as elaborações teóricas dos indivíduos, e que é através delas que os indivíduos expressam os interesses mais profundos das classes sociais, o que por sua vez é o sujeito fundamental do conhecimento na perspectiva ontológica.

A partir da transição do mundo medieval para o mundo moderno, com a mudança do modo de produção feudal para o capitalista e toda ruptura provocada, tanto no plano material, quanto espiritual da sociedade, houve também uma grande mudança no processo de busca pelo conhecimento, mais especificamente no abandono da centralidade do objeto para a centralidade do sujeito ou da subjetividade. (TONET, 2018).

Segundo Tonet (2018), as várias fases do processo de acumulação de capital criaram as bases materiais de uma nova forma de sociabilidade, que mudaram radicalmente a maneira como os indivíduos passaram a se relacionar com o trabalho e a riqueza. Nesta nova

sociedade, formada por duas classes distintas, burguesia e proletariado, as relações sociais passaram a ser regidas basicamente pelo ato de compra e venda da força de trabalho. A produção de mercadoria, cujo objetivo deixou de ser o valor de uso e passou a ser o valor de troca, tornou-se então destinada à acumulação de capital. Além disso, os indivíduos passaram a estar “livres” para buscar a satisfação dos seus interesses particulares, guiados pela sua própria razão.

Segundo o autor, todas essas transformações econômicas e sociais impulsionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas ocasionaram o descobrimento e um grande avanço científico dos meios de produção, que a partir da Revolução Industrial<sup>5</sup> seriam capazes de suprir as necessidades de toda a humanidade. Essas transformações também tiveram impactos e provocaram mudanças em outras áreas da vida humana, como a política, a arte, a educação, a filosofia etc. No bojo desse processo de mudanças emergem movimentos como o Renascimento<sup>6</sup>, a Reforma Protestante<sup>7</sup>, a Contrarreforma Católica e o Iluminismo<sup>8</sup>, que reforçam o uso da razão e a possibilidade da busca de todo ser humano em conhecer verdadeiramente a realidade natural e social.

Como já foi dito, uma das áreas impactadas por essas grandes transformações diz respeito à produção do conhecimento, que na perspectiva ontológica terá os seus objetivos estabelecidos pelo mundo (social) a partir da sua base material e são essas sociedades que criam demandas para o conhecimento. Então, a partir da sociedade capitalista tem-se agora uma nova maneira de produzir riqueza material, através da produção de mercadorias que

---

<sup>5</sup> “O conceito de Revolução Industrial designa um fenômeno histórico acontecido em tempo e lugar determinados: intensas transformações nas técnicas produtivas, realizadas na Inglaterra e parte da Escócia no século XVIII. Alguns autores apontam a existência de uma segunda, terceira e até quarta Revoluções Industriais, acontecidas a partir do século XIX e caracterizadas também por grandes transformações na tecnologia de produção [...]. A chamada Primeira Revolução Industrial é definida pelos economistas como o ponto de partida para o crescimento autossustentável da produção. Para o historiador Eric Hobsbawm, o termo revolução deve ser aplicável ao fenômeno, pois de fato houve uma explosão na capacidade humana de produzir mercadorias e serviços por volta da década de 1780, quando pela primeira vez na história essa capacidade multiplicou-se de modo ilimitado”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 370).

<sup>6</sup> “o momento histórico que se inicia e tem seu apogeu nas cidades italianas do século XV, de renovação das expressões artísticas ligada às mudanças de mentalidade do período, com a ascensão da burguesia”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 359).

<sup>7</sup> “O bem conhecido termo Reforma Protestante foi consagrado pelo tempo. Visto que a Reforma foi uma tentativa de voltar à pureza original do cristianismo do Novo Testamento, é sabido que se continue a usar o termo para descrever o movimento religioso de 1517 a 1545. Os reformadores estavam interessados em desenvolver uma teologia que estivesse em completa concordância com o Novo Testamento; eles criam que isso seria possível a partir do instante em que a Bíblia se tornasse autoridade final da Igreja”. (CAIRNS, 2008, p. 250).

<sup>8</sup> “Como conceito, foi criado pelo filósofo alemão Immanuel Kant, em 1784, para definir a filosofia dominante na Europa ocidental no século XVIII. A palavra Iluminismo vem de Esclarecimento (Aufklärung no original alemão), usada para designar a condição para que o homem, a humanidade, fosse autônomo. Isso só seria possível, afirmava o Iluminismo, se cada indivíduo pensasse por si próprio, utilizando a razão”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 210).

geram lucros, fazendo com que a sociedade organize-se em classes em função dessa lógica de funcionamento. Isto, porém, implica a necessidade urgente do desenvolvimento das forças produtivas, o que por sua vez se dará através da articulação entre conhecimento e produção.

A partir de então, é inaugurado um novo padrão de cientificidade, necessário à expansão das bases materiais que sustentem a sociabilidade capitalista, padrão esse que irá romper com o paradigma greco-medieval, uma vez que está sustentado na experimentação e na verificação empírica. Agora, a produção de conhecimento será orientada para o conhecimento da natureza, com o objetivo de transformá-la, dominá-la e colocá-la a serviço do homem e seus interesses. Porém, um problema constituiu-se na relação entre a razão e a análise dos dados empíricos, pois o conhecimento científico haveria de estabelecer leis gerais que valessem para todos os casos, inclusive os futuros. Os pensadores modernos trataram de lidar com este problema através de três caminhos: o Racionalismo, o Empirismo e o Criticismo Kantiano.

Tonet (2018) assinala que o pensador moderno que se diferenciou dentre os três caminhos apontados foi Kant, buscando estabelecer um conhecimento verdadeiro, universal e empiricamente fundado. Não é de interesse aqui deter-se sobremaneira a explicar todo o raciocínio e processo metodológico de Kant, embora seja mister destacar alguns aspectos importantes que influenciaram a cientificidade moderna, como por exemplo a articulação entre a razão e os dados do sentido que permitem a elaboração de juízos válidos para a produção de um novo conhecimento. Kant também vê o sujeito como polo fundamental do conhecimento e para ele “é a subjetividade que cria o mundo”. Desta forma, através da proposta do método hipotético-dedutivo, o criticismo kantiano supera tanto o racionalismo quanto o empirismo.

Assim, a ciência moderna inaugura um novo padrão de conhecimento, que não está sob o fundamento ético/religioso, mas paradigmático/utilitário, já que coloca a natureza a serviço da humanidade. Além disso, outros pontos dessa nova ciência, como a natureza do sujeito, a natureza do objeto, a relação entre sujeito e objeto, a natureza da verdade e seus critérios, entre outros, serão afetados e modificados, influenciando na maneira de conhecer a realidade social, sobretudo a partir do século XIX com o advento das ciências sociais e humanas e os marcos históricos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, que impactaram profundamente a sociedade, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de mudanças no padrão do conhecimento, o que levará à terceira e última fase apresentada pelo autor, vista a seguir.

Tonet (2018) explicita especificamente o padrão marxiano do conhecimento. Discorre sobre a natureza do método, a problemática do conhecimento e por último a questão do método propriamente dita. É notório que a natureza do ser social fundada no trabalho é o aspecto fundamental da perspectiva ontológica, que por sua vez é necessária para compreender a dimensão cognitiva, parte essencial da constituição desse ser. Desta forma, é posta uma nova problemática acerca da função desempenhada pelo conhecimento científico na reprodução do ser social, que é respondida pela compreensão da natureza da categoria trabalho, composta de teleologia e causalidade, busca do conhecimento real do objeto. Logo, pode-se dizer que na perspectiva marxiana a finalidade do conhecimento científico está em “reproduzir a realidade como ela é, em si mesma, do modo mais fiel possível”. Mas esse ato de conhecer constitui-se também como um processo de transformação, uma vez que o conhecimento torna-se também uma mediação para a intervenção na realidade.

Outro aspecto importante em que a perspectiva marxiana difere da perspectiva gnosiológica moderna está na superação entre subjetividade e objetividade, pois a realidade é considerada como uma síntese dos dois momentos do ser social, subjetivo (consciência) e objetivo (realidade). Esta, por sua vez, é uma unidade entre essência e aparência. No processo de conhecimento a subjetividade deve estar subordinada à objetividade, pois na perspectiva ontológica “o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem” (TONET, 2018, p. 107).

Uma condição importante destacada pelo autor, no processo de conhecimento na perspectiva ontológica, é o ponto de vista de classe. Esse aspecto é posto como tão importante quanto a capacidade, o empenho e o rigor do indivíduo que pesquisa. Para Tonet (2018, p. 109-110), “independentemente de ser admitida de forma consciente, e mesmo quando explicitamente rejeitada, ela sempre intervém no processo de conhecimento, pois não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais”, ou seja, a própria posição negativa quanto à interferência do ponto de vista de classe torna-se a aderência de um ponto de vista, o da classe burguesa. Por tal razão, esse é um dos aspectos fundamentais em que o processo do conhecimento marxiano diferencia-se, enfatizando ainda a distinção entre neutralidade e objetividade, na qual se construiu um equívoco que coloca esses dois conceitos como sinônimos, considerando a neutralidade científica como a não existência da relação entre conhecimento e ponto de vista de classe,

quando na verdade a objetividade diz respeito à captura da lógica do próprio objeto e a neutralidade ao “não tomar partido”.

A respeito da questão do método, pode-se considerar que neste processo de conhecimento da realidade social, sob a ontologia marxiana, a qual se pontuou alguns aspectos de sua natureza e função social, destacam-se três categorias essenciais: totalidade, historicidade e práxis. A totalidade diz respeito ao “conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem hierárquica, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação” (TONET, 2018, p. 116). Esta possui sua importância para o método, por caracterizar a realidade em si mesma. Já a historicidade para o método garante conhecer a origem e os processos sociais e históricos dos fatos que compõem a realidade, evitando que haja um “falseamento da realidade”, caso esses fatos não sejam analisados de maneira crítica, ou seja, além do que se mostra no imediatismo.

Para descrever mais detalhadamente os elementos que constituem o processo do conhecimento de Marx, Tonet (2018) faz referência a autores como Luckács, Chasin e Gramsci, que aprofundaram o conhecimento acerca do método que impôs um novo paradigma de conhecimento. Acerca do que é a referida teoria, Paulo Netto (2009) também desenvolve o conceito adotado por Marx, que difere do seu significado vulgar e torna-se um conceito fundamental, tanto para o desenvolvimento quanto para a compreensão do seu método pelos futuros leitores. Nas palavras do autor, para Marx:

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. (PAULO NETTO, 2009, p. 20-21).

Nesse sentido, Paulo Netto (2009) enfatiza que na teoria de Marx a noção de ideal é completamente diferente de Hegel, pois para este o processo do pensamento é o que cria o real, tornando-o uma manifestação externa. Já para Marx (1968, p. 16) ocorre o oposto: “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”. Por isso, o papel do sujeito é considerado fundamental e sua relação com o objeto não possui um caráter de externalidade, já que o mesmo está imbricado no próprio objeto, ou seja, na própria sociedade. O autor caracteriza o papel do sujeito como essencialmente ativo no processo de apreensão da essência, estrutura e dinâmica do objeto,

mas coloca que para isso o sujeito deve ser “capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (PAULO NETTO, 2009, p. 25).

A respeito das formulações teórico-metodológicas de Marx, Paulo Netto (2009) destaca que estas só serão mais precisamente definidas a partir do segundo terço dos anos 1840, quando ele começa a deslocar-se da crítica filosófica para a crítica da economia política. E só somente na obra “A ideologia alemã”, que escreve com Engels por volta de 1845/1846, mas publicada em 1932, que eles apontam seus pressupostos reais, sendo estes: “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87 apud PAULO NETTO, 2009, p. 30).

A partir de então, Marx avança com mais duas ideias fundamentais, que cerca de uma década depois constituem o núcleo básico do seu método de pesquisa. A primeira diz que “as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção” e a outra diz que “as relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo”. Contudo, foi somente quando já estava vivendo em Londres, após cerca de quinze anos de pesquisa, que se definiu precisamente o seu objeto de estudo e seu método de investigação; é quando escreve então a Introdução, em 1857.

No que se refere ao método científico, Paulo Netto (2009, p. 55) afirma que não há um conjunto de regras específicas para apresentar a respeito do método, em razão de que este não se constitui como um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto escolhido por vontade do sujeito, o qual deseja enquadrá-lo no seu modo de investigação. Antes, o método de Marx implica a posição do sujeito de extrair do objeto as suas múltiplas determinações. Ele enfatiza também a indissociável relação que existe para Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica, o que impede que haja uma tentativa de aplicação do método sem a sua base teórica, ou uma consideração da teoria social de Marx, sem considerar o seu método, o que resultaria em uma “adulteração do pensamento marxiano”.

O autor conclui a reflexão pontuando as três categorias que se encontram articuladas na formulação teórico-metodológica de Marx: totalidade, contradição e mediação. Paulo Netto (2009, p. 56) consuma que para Marx a sociedade burguesa “é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade [...] e seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades” que a compõem. As relações que ocorrem entre essas totalidades não são diretas e necessitam

de mediações que as articulem. Assim, a partir da articulação dessas três categorias, é que Marx oferece um completo estudo acerca da sociedade burguesa e suas determinações, no qual adota-se como base o conhecimento apreendido acerca do método materialista histórico dialético. Vejamos no tópico a seguir o caminho metodológico percorrido no decurso desta pesquisa.

### 2.3 Procedimentos Metodológicos

Com base nos objetivos desta pesquisa, pretende-se compreender as múltiplas determinações do Serviço Social e sua atuação enquanto categoria profissional, regida por um Código de Ética, sob a perspectiva de análise centrada no método materialista histórico-dialético, que, conforme Gil (2008, p.14), “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”. O método norteia a análise dos dados coletados e a discussão dos mesmos com base na revisão bibliográfica. Para o estudo, utilizaram-se as pesquisas documental e bibliográfica.

Dentre os diversos autores e conceitos encontrados, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), destacam o posicionamento de Minayo (2008, p. 22) sobre o conceito e o papel da metodologia na pesquisa, que diz: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitem a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. Trata-se de um de estudo exploratório e analítico cujos procedimentos técnicos adotados são apreendidos a partir de referenciais bibliográficos criteriosamente elencados e documentos à luz da abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva do materialismo-histórico-dialético. Essa perspectiva crítico social orienta a análise do objeto de estudo para além da sua aparência, da sua forma dada, possibilitando apreender a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica histórica e social.

Assim, seguiu-se a **primeira etapa** procedimental, a partir de Revisão Bibliográfica, na qual foram elencadas referências específicas: dissertações, teses e artigos científicos que tratam da dimensão ético-política do Serviço Social, bem como da PNAS e do SUAS, especialmente aqueles que fazem o debatem no período conjuntural da última década do séc. XXI.

A **segunda etapa** consistiu-se no levantamento de Fontes Documentais, a exemplo de **Livros, Brochuras, Notas e Manifestações Técnicas**, além dos **Relatórios de Gestão do CRESS/SE** e dos **Relatórios dos Encontros do Conjunto CFESS-CRESS** realizados anualmente pela categoria. Outro tipo de fonte documental foram as **Matérias publicadas nos sites oficiais das entidades CFESS (cfess.org.br) e CRESS/SE (novo.cress-se.org.br)**, selecionadas através da busca no *site* por palavras chaves como: SUAS, Assistência Social e precarização SUAS; todos os documentos foram levantados dentro do período em análise (2016-2020).

Por fim, a **terceira etapa, Aplicação do Roteiro de Análise Documental**, (APÊNDICE A) para análise dos documentos, de onde foram extraídas informações que subsidiaram a pesquisa e a análise dos resultados.

Importa observar que todos os documentos foram selecionados atendendo ao critério de trazer informações relativas ao tema pesquisado, tendo como foco a luta e a defesa pelo fortalecimento do SUAS, sob a perspectiva coletiva dos assistentes sociais. Nessa direção, este estudo particulariza-se no movimento da categoria profissional dos assistentes sociais que atuam no Estado de Sergipe, por entender que essa categoria resgata peculiaridades importantes ao debate amplo do serviço social brasileiro no espaço regional-local de sua atuação na contemporaneidade.

Vale salientar que a característica de pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento ou depois em que o fato ou fenômeno ocorre (MARCONI; LAKATOS, 2019). Ainda nessa direção, cabe observar que a modalidade mais comum de documento é constituída por um texto escrito em papel, porém vem tornando-se cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos sob diversos formatos. Nesse sentido, foram investigados nos portais eletrônicos citados acima os documentos virtuais disponíveis, considerando-os como fontes documentais, pois este se constitui por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento (GIL, 2000).

Pretendeu-se buscar informações junto à categoria profissional, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SE) e outras entidades sobre as iniciativas que foram realizadas com o objetivo de discutir esta temática entre profissionais e usuários da PNAS nos últimos cinco anos (2016-2020). Após a realização da coleta dos dados, no terceiro capítulo, os resultados encontrados foram problematizados à luz do método escolhido e da discussão bibliográfica, cuja finalidade possibilitou confirmar ou refutar as hipóteses.

Para tanto, as categorias fundamentais do objeto desta pesquisa foram tratadas sob o devido rigor científico. As aproximações com o objeto foco de investigação foram feitas através do método materialista histórico dialético, o qual permitiu compreender as múltiplas determinações que constituíram a realidade social e sua dinamicidade, em que os fenômenos sociais não podem ser definidos como coisas acabadas, uma vez que estão em estado permanente de transformação (KOSIK, 1976).

Desse modo, o materialismo histórico-dialético constituiu-se como um caminho epistemológico que permitiu compreender a materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, procurando evidenciar o caráter contraditório das relações que se estabeleceram entre eles fazendo o pesquisador enxergar além daquilo que estava sendo dado a ver através da ultrapassagem do aparente imediato, chegando à essência do fenômeno (PAULO NETTO, 2009). A adoção da abordagem da teoria social crítica, com vista a capturar o movimento real do objeto em sua estrutura e dinamicidade, a qual para ser desvendada requisita um comportamento especulativo diante do objeto, tenciona ultrapassar o nível da aparência fenomênica e atingir a **essência da coisa em si** (KOSIK, 1976).

### 3 SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL

*“O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e à medida que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis”  
Lenin (2010, p. 27).*

Este capítulo apresenta o Serviço Social como uma profissão de nível superior que teve sua gênese no contexto do capitalismo monopolista no Brasil, quando foram aguçadas as contradições de classes existentes no País, requerendo do Estado respostas imediatistas para amortecer os impactos das expressões da questão social sobre a classe trabalhadora, fazendo-se necessária a atuação de profissionais como o/a(s) assistentes sociais que cumprissem esse papel. A profissão adotou diferentes vertentes teóricas até chegar a uma compressão social crítica da realidade, a partir da Teoria Social de Marx, passando a ser adotada hegemonicamente pela profissão, após a década de 1970 no Brasil, por influência do movimento latino-americano chamado de “Reconceituação”. Hoje, por possuir uma dimensão ético-política na sua práxis, o Serviço Social atua em diversas frentes em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, sendo uma destas a defesa do SUAS.

Neste capítulo, é discutido também o papel do Estado, mostrando como os estágios do capitalismo e suas crises cíclicas, inerentes a este modo de produção, afetam as políticas sociais, sobretudo a PNAS e a oferta dos seus serviços socioassistenciais através do SUAS. Além disso, situa-se elementos conjunturais que marcaram o ano de 2020, mediante o quadro de Pandemia de Covid-19 o que revelou o aviltamento da precarização deste Sistema.

#### **3.1 Serviço Social:** uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho sob a tensão do estágio do capitalismo monopolista no Brasil

Conforme sinalizado no portal do CFESS, o Serviço Social é uma profissão de nível superior, regida por uma Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e um Código de Ética Profissional (1993) que exige uma formação teórica, técnica, ética e política de seus profissionais. Desde 1936, quando da primeira escola de Serviço Social no Brasil até os dias atuais, a profissão passou por diversas fases de reelaboração do seu escopo teórico, metodológico e prático.

Acerca da gênese da profissão, Montaño (2007) aponta que existem duas perspectivas, a endogenista e a histórico-crítica. A primeira possui a tese de que a gênese do Serviço Social encontra-se na “evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’”; porém, dentro dessa perspectiva, há ainda dois grupos distintos de autores que dela participam. Um deles provém do Serviço Social tradicional, juntamente a alguns membros do movimento da “intenção de ruptura” e que consideram os antecedentes do Serviço Social como sendo as “formas de ajuda, organizadas e vinculadas à ‘questão social’ (Pós-Revolução industrial)”. Já o outro grupo de pensadores desta mesma perspectiva veem os antecedentes do Serviço Social “como sendo qualquer forma anterior de ajuda, retroagindo sua análise à Idade Média ou até à origem da história” (MONTAÑO, 2007, p.20).

Outra característica desta perspectiva apontada pelo autor é a *visão particularista* ou *focalista* do Serviço Social, na qual a profissão está vinculada às opções particulares dos sujeitos “filantropos-profissionais”. Montaño (2007, p. 27) diz ainda que “o surgimento da profissão é visto como uma opção pessoal dos filantropos em se organizar e profissionalizar [...] pois a explicação de sua gênese é intrínseca ao Serviço Social e remete sempre a si mesmo”. Sob este recorte, não se percebe a existência de atores coletivos e, por esta razão, não se analisa as relações sociais vinculadas às categorias socioeconômicas e políticas, condicionadas a um contexto histórico. Cada sujeito torna-se protagonista da evolução do Serviço Social e é analisado como personagem que trouxe contribuições particulares em determinado momento histórico da profissão.

Assim, Paulo Netto (1992 apud MONTAÑO, 2007, p. 28) caracteriza esta tese endogenista sobre a gênese do Serviço Social como sendo decorrente de uma perspectiva teórico-metodológica “que entende a história como a mera **crônica de fatos e sucessos, como historiografia**”. Desta maneira, “a história e a sociedade são postas apenas como cenário do desenvolvimento profissional” no qual os eventos institucionais e os protagonistas da história do Serviço Social são situados historicamente; porém, “sem recuperar a processualidade histórica, num claro estatismo” diz Montaño (2007, p. 28). Em oposição à perspectiva anterior, surge uma tese que busca fazer uma análise contextual socioeconômica e política da gênese e natureza do Serviço Social. Esta compreende,

[...] o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o

Estado toma para si as respostas à ‘questão social’. (MONTAÑO, 2007, p. 30).

Autores como Iamamoto e Carvalho (1983) foram pioneiros em realizar o debate sobre a profissão nesta linha teórica, na década de 1980, com a publicação da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, em que afirma que o significado social da profissão inserido no contexto da sociedade capitalista; situa-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas. Ou seja, a autora considera o modelo econômico vigente, o capitalismo, como um determinante nas relações sociais presentes na sociedade, em que o assistente social surge como um profissional com significado e propósito específico nesse contexto. Os autores dizem ainda que

[...] para apreender o sentido histórico do Serviço Social, torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 127-128).

Então, o processo de Reconceituação iniciado na década de 1960 traz a proposta teórica de interpretação e intervenção na realidade social, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx. Paulo Netto (2005) discorre que na América Latina o movimento de Reconceituação<sup>9</sup> está estritamente ligado ao circuito político da década de 1960, que tentava responder ao seguinte questionamento: **Qual a contribuição do serviço social na superação do subdesenvolvimento?** Para os latino-americanos essa questão foi formulada sob condições determinantes e os assistentes sociais viram-se inquietos diante das expressões da “questão social” que emergia a esse contexto.

Segundo o autor, o período chamado de “baliza de 1968” é caracterizado por acontecimentos históricos que ressaltam uma profunda crise na ordem capitalista, pós “ondas longas” e as três décadas gloriosas que sucederam o segundo pós-guerra mundial, o que veio a formar o quadro conjuntural adequado para fomentar a contestação de práticas profissionais como as do Serviço Social tradicional.

---

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que no interior do Movimento de Reconceituação existiram várias matizes teóricas.

Paulo Netto (2005) comenta que as primeiras respostas renovadoras às questões levantadas por esse movimento uniram forças contra o tradicionalismo, dando início a uma frente profissional que reunia um grupo heterogêneo de assistentes sociais, compondo-se em dois grandes segmentos: o *aggiornamento*<sup>10</sup> do Serviço Social, que propunha modernizá-lo e vinculá-lo aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social, e o segmento de **ruptura**, que pretendia inserir a profissão nos projetos de ultrapassagens das estruturas sociais. Lá por volta de 1971 e 1972 esta grande frente divide-se em dois grandes blocos: os reformistas democratas (rigorosamente desenvolvimentistas) e os radical-democratas (cujo desenvolvimento visava à superação da exploração). Todavia, tanto no Brasil quanto em todo Cone Sul, o contexto de ditaduras impediu que as frentes de renovação fossem adiante, congelando o Movimento de Reconceituação em meados da década de 1970, por mais de uma década, devido às repressões.

Mesmo diante desse contexto repressivo, o movimento trouxe várias contribuições ao Serviço Social latino-americano. Paulo Netto (2005) aponta quatro conquistas, a saber: a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; a explicitação da dimensão política da ação profissional; a interlocução crítica com as ciências sociais e a inauguração do pluralismo profissional. Além dessas, o autor diz que a principal conquista foi **a recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo**, ou seja, agindo quase sempre como um executor terminal de políticas sociais. Entretanto, como todo movimento, a Reconceituação teve seus equívocos, dos quais o autor destaca três: um ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo; a recusa às “teorias importadas” derivando numa relativização da universalidade teórica, redundando na valorização da produção teórica ‘autóctone’; o confucionismo ideológico que procurava sintetizar as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias.

Tratando-se do movimento no Brasil, somente após a passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, os assistentes sociais continuaram a tentar romper com o tradicionalismo, investindo fortemente em dois planos: primeiramente, na organização das categorias profissionais, para as quais os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais passaram a ser um fórum maciço e representativo e, em segundo, a formação acadêmica em que se instituiu

---

<sup>10</sup> Traduzido para o português significa “atualização” ou “estar em dia”. “Termo italiano que João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja saísse atualizada do Vaticano II”. (FALCÃO, 2004). Disponível em: [http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id\\_entrada=48](http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=48) acesso em 17 de novembro de 2021. Quando aplicado ao Serviço Social refere-se a uma das correntes renovadoras que surgiram contra o tradicionalismo da profissão.

um currículo nacional e consolidou-se a pós-graduação. Estes aspectos caracterizam o que hoje é denominado “Serviço Social Crítico” no Brasil, como herdeiro do **espírito** da Reconceituação latina americana.

### 3.1.1 Profissionais de Luta: a dimensão Ético-Política do Exercício Profissional dos Assistentes Sociais

O conceito de “ética” é bastante discutido e pode até ganhar conotações diferentes, de acordo com a área de sua aplicação. Mas, de maneira geral, entendemos que a ética está relacionada a um determinado comportamento condizente aos princípios e valores que os justificam. Assim, espera-se que os indivíduos que se identificam com um específico grupo social, seja este uma religião ou uma profissão, por exemplo, expressem seus posicionamentos e atitudes de acordo com os princípios éticos que regem este grupo.

Acerca da ética profissional, a autora Barroco (2010) define como “um modo particular de objetivação da vida ética”. Segundo ela:

Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação. (BARROCO, 2010, p. 67).

Neste sentido, ainda segundo Barroco (2010), deve-se considerar as necessidades históricas que irão legitimar determinadas profissões na divisão sociotécnica do trabalho, inserindo-as em determinadas sociabilidades, permeadas de valores culturais, normas e princípios éticos que criam e recriam necessidades que, por sua vez, articulam-se às expectativas sociais referentes ao desempenho de papéis, determinados culturalmente, que irão rebater como demandas nas profissões. Sendo assim, a autora pontua que o **ethos profissional** é um “modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ideoculturais e as possibilidades de escolha inseridas na ação ético-morais” (BARROCO, 2010, p. 68).

No que diz respeito à ética profissional do Serviço Social (profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, cuja gênese está imbricada ao avanço do modo de produção capitalista no Brasil e suas complexas contradições impostas, sobretudo à classe trabalhadora), os seus princípios fundamentais estão estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, instituído pela Resolução nº 273 de 13 de março de 1993,

que denotam o compromisso dos profissionais desta categoria, em dimensões políticas, sociais e humanitárias. São estes os princípios:

- I. **Reconhecimento da liberdade como valor ético central** e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. **Defesa intransigente dos direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. **Ampliação e consolidação da cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. **Defesa do aprofundamento da democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. **Posicionamento em favor da equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. **Garantia do pluralismo**, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais** que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. **Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual**, na perspectiva da competência profissional;
- XI. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar**, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2019, p. 15-16, grifo nosso).

A construção deste projeto profissional do Serviço Social deu-se através de um longo processo de lutas e progressivos avanços, até culminar na consolidação do mesmo, materializados através dos princípios mencionados. Eis um pouco desta trajetória:

O Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social teve o marco de sua origem na segunda metade da década de 1970, quando o Brasil encontrava-se no contexto de lutas políticas pela redemocratização, em prol da classe trabalhadora e por uma nova Constituição. Foi quando ocorreu o II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, na cidade de São Paulo, quando uma vanguarda de profissionais destituiu a mesa de abertura do evento, composta por nomes oficiais ligados à Ditadura Militar e os substituiu por nomes

advindos da classe trabalhadora, ato simbólico para o momento de transformação e renovação da profissão, que levou este CBAS a ser chamado de “Congresso da Virada”.

A partir de então, o PEP avançou nos anos 1980, especialmente através da construção do Código de Ética de 1986, que expressou duas grandes mudanças: a negação da base filosófica tradicional (Neotomismo) e a afirmação de um novo perfil profissional, “não mais de um(a) agente subalterno e apenas executivo, mas um(a) profissional competente teórico, técnico e politicamente” (CFESS, 2019). Houve também avanços quanto à produção teórica, que trouxe à discussão temas fundamentais para o processo de renovação, o qual Silva (2011, p. 279) entende que deu-se um:

Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social e caracteriza-se por um esforço de superação desse antagonismo genético, procurando romper com a tradição cultural conservadora, na busca de uma aproximação orgânica do Serviço Social com o marxismo, para a construção de um Projeto Profissional com outro sentido político no âmbito da perspectiva histórica, da transformação social, e fundado em novas bases analíticas.

No decorrer da década de 1990, ocorreu a consolidação do PEP, sobretudo através dos Centros de Formação em Pós-graduação, que ampliou e amadureceu a produção de conhecimento sobre o Serviço Social. Além disso, nesse período atestou-se a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de fóruns deliberativos. Abramides *et al.* (2006), chama atenção para o fato de que nesta década, o referido projeto profissional assumiu uma **direção sociopolítica** necessária ao processo de ruptura com o conservadorismo. Nessa década, deu-se início aos desmontes das políticas sociais, pelo estado neoliberal em ascendência no País, porém o Serviço Social e sua categoria profissional reafirmaram seu compromisso em defesa da classe trabalhadora e da garantia dos direitos sociais e seguiu amadurecendo seu projeto ético-político (CRESS-SE, 2020).

Já no início dos anos 2000, Reis (2005) destaca dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do PEP e as ameaças que este vem sofrendo diante das políticas neoliberais repercutidas no seio da categoria, sob a forma de um neoconservadorismo profissional. Segundo Paulo Netto (1999, p. 98, apud REIS, 2005, p. 411), o PEP articula “os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas etc.”.

Na última década (2010-2020), mais especificamente em 2018, quando o atual presidente vence as eleições, evidencia-se o processo de radicalização e crescimento do

neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil. Com isso, é visto o radical aprofundamento do processo de precarização das políticas públicas, iniciado em governos anteriores, porém consolidado com o marco sem precedentes da aprovação da EC 95 ou “Lei do Teto dos Gastos”, a qual é mencionada com frequência nesta pesquisa, por se tratar de uma das legislações ou talvez a principal legislação que representa o acirramento de interesses de classe e dos projetos políticos em disputa na última década.

Faz-se cada vez mais necessário reforçar as capacidades e competências profissionais alinhadas nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-política, a fim de ver materializados os princípios estabelecidos para a profissão, uma vez que o Serviço Social é uma das categorias mais requisitadas e presentes no campo das políticas públicas sociais, dentro do atual contexto conjuntural. Segundo a autora Raichelis (2011, p. 427),

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais.

Assim, reforça-se o compromisso do assistente social com um engajamento comprometido com os princípios pontuados no Código de Ética (2019), com vistas a aplicá-los no seu fazer profissional diário, dentro do seu contexto sócio-ocupacional e da sua conjuntura político-econômica local. Eis a razão da referência à categoria como “profissionais de luta”, pois este é um compromisso que requer coragem, posicionamento e enfrentamento, sobretudo em contextos conjunturais adversos aos direitos da classe trabalhadora, como os que enfrentam atualmente e como os que já foram enfrentados pela categoria no decorrer da sua história.

### 3.1.2 Serviço Social em Tempo de Crise do Trabalho: os Desafios Contemporâneos ao Projeto Profissional

Alencar e Granemann (2009) discutem os impactos das novas configurações sociais do capitalismo contemporâneo sobre o trabalho do assistente social, suas competências e atribuições. Na hipótese das autoras, o aviltamento das políticas sociais “impõe o rebaixamento do contrato e das condições do trabalho profissional mediador/executor destas políticas sociais” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 162). Essas novas configurações

sociais, determinadas pelas alterações na forma de produção e reprodução das relações capitalistas, ditam conseqüentemente as mudanças no mundo do trabalho.

Ao analisar relatórios da sessão temática “Trabalho Profissional e Espaços Sociocupacionais” dos três últimos CBAS (anteriores a 2009, data de publicação do artigo), Alencar e Granemann (2009) perceberam vários elementos importantes relacionados às tensões e contradições que perpassam a malha organizacional empregadora do(a)s assistentes sociais. Uma delas, e talvez a mais importante, foi a mudança na natureza e na orientação das políticas sociais no Brasil, devido às contrarreformas do Estado. Segundo as autoras, os impactos desse contexto regressivo para os direitos dos trabalhadores têm implicações diretas sobre as condições de trabalho do assistente social, como a limitação da autonomia teórico metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Para as autoras, uma característica da particularidade histórica do atual momento, o capitalismo contemporâneo, é a desvalorização e a superexploração da força de trabalho em prol da ampliação e reprodução contínua do capital. As autoras afirmam que esta etapa do capitalismo “reedita condições e relações de trabalho que remontam ao século 19” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 163), isto devido ao uso destrutivo da força de trabalho.

Segundo Raichelis (2011, p. 422) o processo de flexibilização e precarização do trabalho atinge os assistentes sociais nos seus diversos espaços sócio-ocupacionais, pela:

[...] insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

Outra forte característica desta fase do capitalismo é o desemprego, descrito como um “fenômeno crônico e global” que está relacionado à crise estrutural do capital, sobretudo após a década de 1970, quando houve um reordenamento das bases econômicas, sociais e políticas do capitalismo no pós-guerra. O desemprego tornou-se então a expressão privilegiada da ofensiva do capital sobre o trabalho nas últimas décadas.

No que diz respeito às respostas do Estado às crises cíclicas do capital, conforme visto mais adiante, diferentemente dos “anos dourados” do capitalismo, que proporcionou até certa medida uma proteção social à classe trabalhadora, o novo estágio do capitalismo requereu contrarreformas que levaram a privatizar o fundo público de diferentes maneiras. Alencar e

Granemann (2009) enfatizam que as contrarreformas do Estado somadas às inovações tecnológicas e às mudanças no método de trabalho provocaram a elevação da exploração da força de trabalho que pode ser percebida através de aspectos, como a extensão da jornada de trabalho, o aumento do trabalho excedente, a redução dos direitos trabalhistas e sociais, entre outros.

Uma importante questão levantada por Raichelis (2011) diz respeito à informatização do trabalho e aos efeitos das mudanças tecnológicas sobre o trabalhador. Segundo a autora,

[...] são muitas as pesquisas e estudos que vêm constatando o quanto as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a ampliação da avaliação fiscalizatória do desempenho do trabalhador. (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Embora a autora reconheça a necessidade e a importância do uso da tecnologia no trabalho do assistente social, a mesma problematiza os efeitos dessa “revolução tecnológica” na mediação do seu trabalho com os usuários, geralmente feita através de um computador no atendimento aos usuários, por exemplo. Por fim, as autoras reforçam o fato de que a alienação do trabalho está enraizada nas condições laborais inerentes ao capitalismo em seu estágio atual. Em face disso, estão as problematizações do(a)s assistentes sociais no que diz respeito às condições de trabalho, às formas de contratação, às diversas expressões da precarização do trabalho profissional.

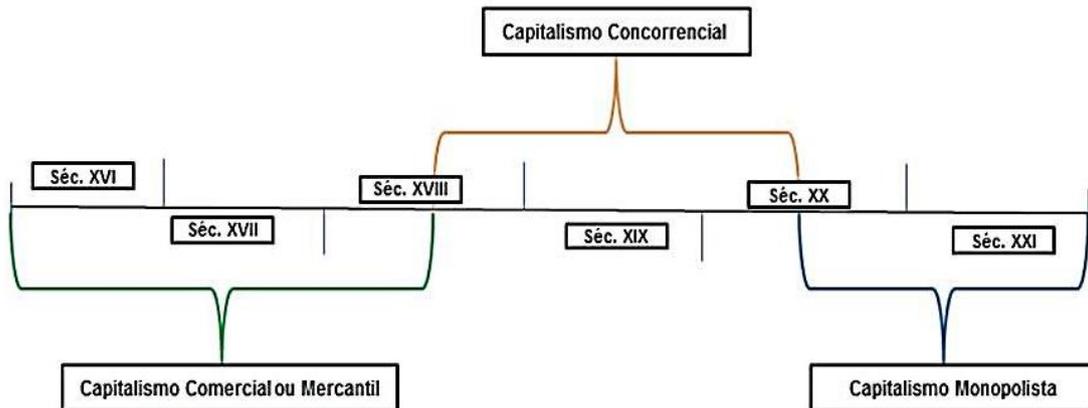
O fato é que o Capitalismo possui características e consequências específicas para a classe trabalhadora em todos os estágios. Ele afeta também as Políticas Sociais, e no próximo tópico veremos um pouco mais acerca disso.

### **3.2 Estágios e Crises Cíclicas do Capitalismo: o papel do Estado e as Políticas Sociais**

A partir da perspectiva da teoria crítica de Marx, sabe-se que as crises cíclicas do capitalismo são inerentes a sua natureza de “progresso” desigual e combinado, característica desse modo de produção. Dessa maneira, as políticas sociais, em linha geral, vêm sofrendo os impactos dos rebatimentos dessas crises, que por vezes têm marcado a história de países de economia periférica, como os latino-americanos, particularmente o Brasil, ainda que mesmo os países de economia central, a exemplo dos Estados Unidos e das principais nações europeias, os sintam. Os estágios de desenvolvimento do capitalismo são os que se seguem,

até a fase atual e seus consequentes rebatimentos nas Políticas Sociais. A seguir, um esquema temporal dos principais estágios do capitalismo, e posteriormente as principais características de cada estágio (Figura 1):

**Figura 1** - Linha do tempo: Estágios do Capitalismo



**Fonte:** esquema elaborado por Miriam Santos Prescinca Correia (2021) com base na obra de Paulo Netto e Braz (2007).

Segundo Paulo Netto e Braz (2007), o primeiro estágio do capitalismo começou com a **acumulação primitiva** e prosseguiu até o capital controlar a produção de mercadorias, comandando o trabalho, através do estabelecimento de “manufaturas”. Este período inicial se dá durante o século XVI até meados do século XVIII e foi nomeado como “Capitalismo comercial ou mercantil”. A burguesia desempenhou papel importante nessa fase, sendo formada principalmente por comerciantes que conseguiam acumular capitais. Vale ressaltar que, especialmente nesse período, aliaram-se aos trabalhadores, contribuindo assim para o fortalecimento de outro modelo de sociedade. Esse momento contou com marcos relevantes, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, em que a burguesia contribuiu decisivamente para organizar os trabalhadores e enfrentar o poder político na Inglaterra e França, respectivamente, tornando-se protagonistas no processo de transição entre feudalismo e o capitalismo.

Ainda segundo Paulo Netto e Braz (2007), o segundo estágio do capitalismo iniciou-se a partir da segunda metade do século XVIII e perdurou até o final do século XIX. Esta fase é denominada “concorrencial”, devido às amplas possibilidades de negócios que se abriram aos pequenos e médios capitalistas. Outra característica desse período é que ele está vinculado à

Revolução Industrial e ao nascimento da grande indústria, o que levava o capitalismo concorrencial a começar a estabelecer um mercado mundial, devido à necessidade de buscar matérias primas em outros países fora da Europa, consolidando posteriormente um sistema econômico mundial ou uma economia mundial. É neste período também que se consolidam os grandes impérios colonialistas europeus motivados pela mesma razão.

Um aspecto importante a ser destacado nessa fase do capitalismo concorrencial é o surgimento das lutas fundadas na contradição capital *versus* trabalho, relação que posteriormente será chamada por Marx de “luta de classes”. Essas lutas, antagonizadas pela burguesia e os trabalhadores, passaram desde então a fazer parte de todo o cenário capitalista que se desenvolve posteriormente. “A violência dos primeiros protestos operários era a reação inevitável à brutalidade da exploração capitalista [...]” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 173). Nesse momento, os trabalhadores encontravam-se sem quaisquer garantias de direitos e o Estado estava nas mãos dos capitalistas, atendendo apenas ao interesse do capital. Porém, na segunda metade do século XIX, conforme Paulo Netto e Braz (2007, p. 175) as lutas de classes se elevam a um novo patamar, isto porque de um lado os operários alcançaram e encontraram consciência de classe e encontraram formas de articulação internacional, através de sindicatos e partidos. Por outro lado, a burguesia torna-se classe conservadora, com o objetivo de manter as “relações sociais assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção, suportes da acumulação capitalista”.

Já adentrando no terceiro estágio chamado de “monopolista”, que se inicia no século XIX e se estende até os dias de hoje, viram-se grandes mudanças que influenciaram as relações de trabalho, a indústria e a economia durante o período considerado como “segunda revolução industrial” ou segunda fase da Revolução Industrial, tamanhas foram as proporções da evolução na indústria e nas produções dessa época. De acordo com os autores, algumas novas configurações do capitalismo também passaram a ter destaque, como o empréstimo financeiro, com o qual conseguiam aumentar seu capital através de juros, “capital produtivo” que se materializava através da instalação de indústrias em outros países. Em seguida, remetiam ao seu país de origem os rendimentos, utilizando o local da instalação da empresa somente para exploração. Paulo Netto e Braz (2007) retrataram ainda que diante desse cenário de exploração territorial e de expansão do capitalismo, no estágio dos monopólios no início do século XX, desencadearam-se as duas Guerras Mundiais, que tiveram por objetivo a disputa territorial assim como o fortalecimento da economia por meio da indústria bélica. Elas

foram capazes de conter as crises cíclicas do capitalismo provocadas pela dificuldade de renda e conseqüentemente, de consumo da população.

Foi possível identificar que até o estágio atual do capitalismo houve o período clássico e “os anos dourados”. O primeiro foi demarcado do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, especialmente nos anos de 1940; já o segundo transcorreu desde o final da Segunda Guerra Mundial até os primeiros anos da década de 1970. A partir de então, considera-se o capitalismo “contemporâneo”.

Na fase clássica aconteceram algumas crises; no entanto, a grande crise de 1929 teve grandes proporções no cenário mundial. É preciso reconhecer que a crise de produção nos Estados Unidos que refletiu na Bolsa de Valores de Nova York impactou a maior parte dos países do mundo. Entretanto, foram os europeus que melhor se reestruturaram através da atuação do Estado, via *Welfare State* ou Estado de bem-estar social. É preciso destacar também que foi ainda nesse período que se consolidou a organização dos trabalhadores em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o que repercutiu positivamente nas conquistas sociais e trabalhistas. De modo oposto, ocorreu principalmente na Itália e na Alemanha, onde o Estado atuou de forma antidemocrática, retirou os direitos dos trabalhadores e implementou, respectivamente nesses países, o fascismo e o nazismo. Assim, foi possível constatar que esse modo autoritário de condução do Estado contribuía também para ampliação e desenvolvimento do capital, reprimindo as organizações trabalhistas e toda a população. Keynes preconiza que a participação do Estado na economia serviu para (re)aprimar as condições do mercado, tendo em vista o pleno emprego e, por meio dos gastos governamentais, reaquecer a demanda e estimular a confiança dos capitalistas para realizar investimentos, debelando assim as recessões e o desemprego.

Com o fim da II Guerra Mundial, deu-se início aos chamados “anos dourados do capitalismo”. É interessante esclarecer que o período leva esse nome porque foi marcado pelas altas taxas de crescimento econômico nos países centrais (Europa, EUA e Japão), de forma que as sistemáticas crises do capital tiveram uma repercussão muito pequena. Cabe destacar também o papel do Estado como agente mobilizador da atividade econômica, por meio de intervenções diretas no mercado, baseado nas teorias do economista britânico, John Maynard Keynes.

Paulo Netto e Braz (2007) consideram que alguns aspectos da economia passaram por mudanças nessa fase. Primeiramente, os países centrais ou desenvolvidos antes transferiam diretamente recursos financeiros aos países subdesenvolvidos (as antigas colônias da fase

imperialista). A partir de então, passaram a realizar somente empréstimos financeiros, com destaque aos papéis centrais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), como intermediários dessas relações. Em segundo lugar, o taylorismo/fordismo tornou-se o principal modelo para a produção industrial, modificando a organização e divisão do trabalho, contribuindo para o crescimento da mais-valia e da exploração do trabalhador. Por último, a criação de um grande mercado consumidor, altamente demandante de bens de consumo, de serviços especializados e de acesso ao crédito.

A partir de 1973, os anos gloriosos do capitalismo industrial, porém, começavam a entrar em decadência. Nesse ano, estourou a primeira grande crise do petróleo, com a subida abrupta e unilateral do preço do barril por parte dos países integrantes da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). O choque do petróleo derrubou as economias tanto dos países desenvolvidos, especialmente os EUA, como também as frágeis economias subdesenvolvidas, dentre elas o Brasil; todas, porém, altamente dependentes do chamado “ouro negro”. Contudo, a rápida recuperação do Japão trouxe consigo a ascensão de um novo modo de organização da produção, chamado flexível ou toyotismo. Tal modelo, ágil e adaptável às novas tecnologias oriundas da terceira revolução industrial, acelerou o processo de transnacionalização das grandes empresas mundiais e modificou definitivamente as relações de trabalho, enfraquecendo ainda mais a posição dos trabalhadores ao mesmo tempo em que internacionalizava o capital.

O final da década de 1970 é marcado pelo fim do grande ciclo de crescimento da economia estadunidense e europeia, que acarretou no fim do estado de bem-estar social e na corrosão dos direitos e avanços da classe trabalhadora, com o achatamento de salários e redução de benefícios e direitos outrora garantidos. Os governos Reagan nos EUA e Thatcher no Reino Unido foram símbolos máximos desse período.

Por fim, cabe mencionar o fim do acordo de *Bretton Woods*, que significou o marco zero da flexibilização do mercado mundial de capitais, dando à luz o que chamamos neoliberalismo. Os países periféricos, dentre os quais se destaca o Brasil, experimentaram a grande crise da dívida externa, resultado do modelo escolhido altamente dependente do capital externo. Outro problema típico do Terceiro Mundo foram as sucessivas crises monetárias, que desvalorizaram várias moedas do continente latino-americano. O resultado desse processo foi a ressurgência dos principais problemas sociais, que haviam sido maquiados pelo crescimento do PIB, como desemprego, desigualdade, serviços públicos insuficientes à demanda da população, fome, violência urbana, entre outros. O que se segue

desde então é o fortalecimento do modelo neoliberal em detrimento, especialmente, dos direitos trabalhistas e de políticas sociais.

Fundamentada na teoria crítica de Marx, a autora Boschetti (2010) afirma que o capitalismo passa por crises estruturais intrínsecas a sua natureza e não apenas por uma crise tópica ou conjuntural, como defendem algumas abordagens. Ela ressalta que as respostas do Estado à crise podem ser diferenciadas, porém a natureza da crise permanece, sendo esta uma crise de superprodução causada pela busca incessante por superlucros e superacumulação. A citada autora ressalta ainda que este processo “não se trata apenas de um desequilíbrio entre oferta e demanda [...] e sim de uma incompatibilidade estrutural entre a produção socializada e a apropriação privada da riqueza que estabelece uma desigualdade abissal e estruturalmente intransponível” (BOSCHETTI, 2010, p. 66).

Segundo Boschetti (2010), a primeira grande crise do capitalismo do início do século XX pós Revolução Industrial ocorreu em 1929, tendo como estopim a quebra da bolsa de valores de Nova York, que comprometeu o capitalismo concorrencial pautado no livre mercado e no liberalismo ortodoxo. As medidas sociais e econômicas adotadas para conter essa crise foram conduzidas por uma lógica social-democrática, cujos pilares foram: o fordismo, produzindo em massa para incentivar o consumo em massa; ações ativas do Estado para geração de empregos com o objetivo de aumentar a renda, garantindo assim o aumento do consumo no mercado (modelo keynesiano de regulação econômica e social); ampliação dos direitos mínimos (civis, políticos e sociais) na perspectiva da “teoria da cidadania de Marshall”.<sup>11</sup>

Nesse contexto, as políticas sociais também serviram indiretamente para mitigar os efeitos da crise, à medida que o Estado ampliou sua intervenção garantindo serviços como saúde, educação, habitação, previdência etc., gerando mais empregos no setor público e aumentando a geração de renda e consumo da população. Assim, a teoria da cidadania de Marshall, instituída a partir da década de 1930, devido a sua compatibilidade com a acumulação, encontrou as condições propícias à expansão do estado social no capitalismo, após a segunda guerra mundial até a década de 1970, e os direitos sociais tornaram-se uma forma de resposta à crise de 1929, fundamentados no fordismo/keynesianismo (GOUGH, 1982, apud BOSCHETTI, 2010, p. 68).

---

<sup>11</sup> Para Marshall, “a cidadania, entendida como a garantia de direitos civis, políticos e sociais, é (e deve ser) compatível com a acumulação” (BOSCHETTI, 2010, p. 67). Segundo a autora, é devido a essa perspectiva que ocorreu a expansão do Estado Social no capitalismo, principalmente entre as décadas de 1940 e 1970.

Segundo Boschetti (2010, p. 68), “foi no limite entre a conquista de direitos e a reestruturação do capital que os direitos sociais foram reconhecidos legalmente e as políticas sociais se expandiram”. Isto significa que para além dos padrões mínimos de bem-estar, as lutas da classe trabalhadora foram o que realmente impulsionou um padrão universal de políticas sociais nos países do capitalismo central.

Para a autora, o processo de mundialização do capital consiste na expansão das forças produtivas, integrando o mercado financeiro e o mercado de produtos em nível internacional, tendo como base um discurso ideológico (da globalização), que consiste basicamente nos seguintes pontos: aumento da presença das empresas transnacionais em países em desenvolvimento; grande mobilidade de capitais; ocorrência de um projeto global de desenvolvimento que beneficiasse todos os países; convicção na competitividade como conceito central para o progresso da economia; crença em processos naturais de integração cultural e o conseqüente surgimento de uma cultura global. Boschetti (2010) pontua, entretanto, que a mundialização do capital é um termo mais adequado para o fenômeno chamado de globalização, seguindo Chesnais (1996) na compreensão de que os efeitos nocivos são mais importantes, tais quais os impactos sobre empregos e salários e a proteção social dos países, além do aumento da concentração e riquezas nas mãos de poucos. O sistema permanece centralizado em poucos grupos econômicos e em poucos países centrais (EUA, União Europeia, Reino Unido, Japão), com as demais classes e países na periferia que devem correr para se adequar às regras do jogo da globalização.

A autora endossa o ponto de vista da tradição marxista, que se nega a perceber a crise como tópica ou apenas mais uma crise cíclica econômica, afirmando que esta resulta sim da contradição própria do sistema capitalista em seu processo de acumulação do capital. Conseqüência disto é o alto nível de barbarização e mercantilização da vida, que podem ser percebidos no cenário de altas taxas de desemprego e desproteção social. As políticas implementadas nesse contexto não promovem geração de emprego e renda e há ainda a tendência à mercantilização dos serviços públicos.

Segundo Faleiros (2008, p. 46), as políticas sociais do estado capitalista resultam da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e sociais. Ele afirma ainda que “elas são o resultado da luta de classes e que ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais”. Isto ocorre à medida que as políticas sociais acabam funcionando como mediações para a reprodução da força de trabalho, favorecendo o projeto de uma pequena e hegemônica classe da sociedade, a burguesia.

Neste contexto, o Estado liberal intervém de maneira a tentar equilibrar as desigualdades provocadas pelo mercado, fazendo isto através de medidas que proporcionam o mínimo necessário à sobrevivência dos indivíduos. Porém, essas medidas são tomadas de maneiras favoráveis ao próprio mercado, pois, segundo o autor, as políticas neokeynesianas (liberais) possuem uma dupla ação: o estímulo à demanda e a subvenção às empresas. Dessa forma, as políticas sociais acabam não tocando naquilo que é essencial nas relações de produção: a relações de exploração entre as classes; mas sim, paradoxalmente, acabam contribuindo para a reprodução das classes sociais.

Acerca do Estado, Lenin (2010, p. 27) faz a seguinte definição:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e à medida que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

Essa é a definição central sobre o Estado trazida por Lenin, a partir da doutrina marxista. Ele esclarece ainda que diferente do que pensam e defendem os ideólogos burgueses e outros grupos, aos quais chama de “oportunistas”, o Estado não é um estado de conciliação entre as classes, uma vez que a natureza do Estado é a divergência entre elas e a sobreposição de uma sobre a outra. “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2010, p. 27).

Com base no pensamento de Engels, Lenin (2010, p. 29) caracteriza o Estado como uma “força” proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Essa força, o Estado, consiste fundamentalmente em destacamentos especiais de homens armados (exército), tendo a sua disposição prisões, elementos materiais e instituições coercitivas de toda espécie. Ele diz: “o exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais da força do poder estatal”. Assim, o Estado torna-se uma classe superior à sociedade, mais poderosa que ela e tem o poder, a força e as ferramentas necessárias para subjugar-la.

Faleiros (2008, p. 53-54) chama atenção para o discurso ideológico do Estado liberal democrático e as funções ideológicas exercidas pela política social no contexto do capitalismo. Para o autor, o discurso da “igualdade de oportunidades”, da “eliminação das discriminações”, da “proteção aos fracos” e dos “novos direitos sociais” é uma expressão da ideologia liberal que serve apenas para “mascarar as desigualdades” provocadas pelo

desenvolvimento do capital. Da mesma forma, os discursos que enfatizam a eliminação da discriminação por sexo, raça e religião desviam a população da discussão acerca da contradição fundamental da exploração, fazendo-a pensar que através de um consenso acerca destes temas secundários chegarão a uma “nova ordem social”.

As políticas sociais seguem essa lógica da ideologia liberal, à medida que buscam atender as necessidades de grupos fragmentados da população, classificados por critérios de idade (ex.: crianças, jovens, idosos) e/ou de normalidade (ex.: pessoas com deficiência, pessoas “inválidas” para o trabalho). Estes grupos-alvos das políticas sociais acabam sendo discriminados pela própria existência da política, que os diferencia do padrão de normalidade, como esclarece e complementa Faleiros (2008, p. 63): “[...] o trabalho é o critério de vida normal para o viver bem” e os indivíduos que não conseguem se adequar a este padrão, acabam sendo culpabilizados pelo seu “fracasso” e recorrendo às políticas sociais, que apenas reforçam esse desvio da “normalidade”. O autor (2010) esclarece ainda que “a política social, ao mesmo tempo em que estigmatiza e controla, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade”, ou seja, não expõe a relação existente entre a realidade dos indivíduos com o estado capitalista.

Além das funções ideológicas, Faleiros (2008) chama atenção também para a valorização e validação da força de trabalho exercida pelas políticas sociais. Isto ocorre à medida que se faz necessário uma política de valorização da mão de obra de trabalho que possa garantir o consumo, evitando a superprodução. Porém, havendo a “força de trabalho supérflua”, ou seja, aquela que não está ativa no mercado de trabalho, tem-se a necessidade de políticas que monetizem essa força de trabalho; isto é feito através da assistência social e do regime de seguro social, por exemplo. Por essa razão, Faleiros (2008, p. 73) afirma que “a população-alvo das políticas sociais não são indivíduos isolados, mas a força de trabalho atual ou potencial, segundo a correlação de forças sociais e o desenvolvimento do Estado democrático de direito”. Ou seja, até mesmo aquelas políticas que aparentemente parecem estar relacionadas diretamente às necessidades básicas de um indivíduo buscam na verdade resolver os problemas contraditórios ocasionados pela própria crise do capital.

Assim, a reprodução da força de trabalho acaba reproduzindo também a situação pré-estabelecida das classes sociais, bem como a desigualdade entre elas. Da mesma forma, as políticas sociais demarcam o lugar da classe trabalhadora ao se tornar usuária delas. Desta maneira, as políticas sociais no estado capitalista contribuem também para a manutenção da

ordem social, pois situam-se no marco histórico-estrutural da correlação de forças e lutas sociais e políticas entre diversos blocos que colocam seus interesses em jogo.

### **3.3 Rebatimentos da Crise do Capitalismo sobre a PNAS e a Precarização do SUAS**

Dentre as políticas que tendencialmente têm sido alvo de rebatimentos aos desmontes da agenda neoliberal, podemos destacar a PNAS, pois esta já apresenta uma condição de fragilidade devido a sua recente inserção no tripé da Seguridade Social. Somam-se a isso as crises cíclicas do capital, cujos impactos têm refletido diretamente sobre a vida da classe trabalhadora brasileira, que majoritariamente depende do acesso às políticas sociais para a sobrevivência.

No Brasil, a Assistência Social tornou-se uma política social de fato e de direito quando passou a integrar o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 203 os objetivos que deverão ser atendidos por ela, a saber:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2016, n.p.).

Um pouco mais tarde, em 1993, a sanção da LOAS deu início ao processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social, por meio dos Conselhos deliberativos e paritários, bem como da realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual, municipal e do Distrito Federal (BRASIL, 2004). Os princípios da LOAS apontam para:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Somente em 2004 foi lançada a PNAS, cujas ações e programas passaram a ser operacionalizadas pelo SUAS, implantado em 2005, com um modelo de gestão participativa que articula os esforços e os recursos do governo nos níveis Federal, Estadual e Municipal, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios de cada nível. Porém deve-se ressaltar a aprovação da primeira Norma Operacional Básica que conceituou o sistema descentralizado e participativo da PNAS, cujo primeiro texto foi escrito em dezembro de 1998 (LONARDONI, *et al*, 2006). A conquista mais recente no âmbito da legislação desta política foi em 2011, quando a LOAS foi alterada para incorporar o SUAS através da Lei nº12.435/2011.

A PNAS busca atender então aos seguintes objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 34).

As ações da PNAS estão divididas em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidade. A primeira objetiva a prevenção de riscos sociais e pessoais, mediante a oferta de serviços, benefícios, programas e projetos destinados às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade; estes serviços são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo os principais deles: a Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Como se pode observar nos princípios da PNAS e da LOAS, há aspectos que seguem a lógica do discurso ideológico do estado liberal, para o qual Faleiros (2008) chama a atenção, uma vez que interpreta que tal política é uma estratégia de o Estado “mascarar” a realidade das desigualdades provocadas pelas cíclicas crises do capital, ofertando serviços de assistência, transferência de renda e outros benefícios à população sem, porém, levá-la à

conscientização dos fatos pelas quais, alguns indivíduos não possuem o mínimo necessário para sobrevivência, enquanto os de outra classe sobrepujam poder e bens.

Faleiros (2008) acredita que a focalização de grupos alvo das políticas em geral promove a discriminação dos mesmos, sobretudo daqueles que não se encaixam no padrão de normalidade e produtividade. Porém, por outro lado, esses grupos minoritários buscam se organizar para lutar por avanços no âmbito das políticas sociais que possam promover cada vez mais direitos e o seu bem-estar social.

De acordo com Salvador (2017), seguindo o pensamento de Oliveira (1998), o fundo público é uma ferramenta poderosa nas mãos do governo para intervir na economia e realizar políticas públicas que ocupam um papel relevante na articulação com o grande capital. O fundo público, isto é, os recursos nas mãos do governo, são impostos, contribuições e taxas, parte do lucro, dos juros e da renda da terra que foi apropriado pelo governo. Segundo o autor ainda, o orçamento público é sua face mais visível e não apenas uma peça técnica, mas também política que reflete a correlação de forças da sociedade.

Salvador (2017), diz que a crise do capitalismo e seus efeitos no Brasil fizeram com que o Governo Federal traçasse a estratégia do socorro à economia de concessão de incentivos fiscais às grandes empresas, sem o controle social e sem contrapartidas, comprometendo tanto o Orçamento da Seguridade Social (OSS) quanto a composição dos fundos de participação estadual e municipal. Tecnicamente, os gastos tributários são desonerações equivalentes a gastos indiretos de natureza tributária, que consistem na receita que o governo não arrecadou com o intento de fazer concessões ou regimes fiscais, sendo uma ferramenta bastante comum para a execução de políticas públicas, especialmente utilizadas para favorecer setores econômicos ou regiões específicas ou mesmo empresas ou corporações profissionais específicas. A ideia é que o governo abra mão de parte de seus recursos em nome de um objetivo maior em termos de ganhos econômicos ou sociais. Em suma, os chamados gastos tributários reduzem a entrada de receitas públicas, ao passo que incrementam a disponibilidade de renda para os contribuintes.

Salvador (2017) apresenta a hipótese de que a seguridade social e seu orçamento são centrais para compreender o ajuste fiscal e a captura do fundo público pelo capital portador de juros (CPJ). Ajuste fiscal, segundo o autor, consiste em alcance de *superávits* primários para o pagamento de juros e encargos da dívida pública; para tanto, o governo federal acaba por se apropriar de parte do OSS, ou seja, dos recursos destinados à previdência e assistência social

da população. Outro perigo ao OSS tem sido a renúncia tributária das contribuições sociais, em benefício dos lucros das empresas prejudicadas pelas crises mais recentes a partir de 2008.

Tendo em vista que a Assistência Social é uma componente do tripé da Seguridade Social, todas as ações, planos, programas, projetos e serviços são financiados pelo OSS; por isso todo ajuste realizado nele reflete diretamente na PNAS. Com menos recursos, a efetivação das ações desta política torna-se cada vez mais precária, prejudicando os programas, projetos e serviços ofertados a cerca de 30 milhões de famílias que são atendidas nos mais de 8 mil CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) espalhados pelo Brasil, além dos demais equipamentos operacionalizados pelo SUAS (CFESS, 2018).

Os recentes ataques à PNAS intensificaram-se a partir de 2016, sobretudo com a EC 95/2016 que congelou os gastos em todas as políticas públicas do país por 20 anos; exemplo disso foi o corte de quase 50% do orçamento do SUAS proposto pelo governo Bolsonaro no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019. Esse desfinanciamento ameaça de maneira comprometedor a continuidade do funcionamento dos equipamentos que ofertam serviços socioassistenciais às pessoas de baixa renda e que dependem do acesso a essas políticas para sobreviver. Portanto, o CFESS (2018) enfatiza que é necessário garantir o orçamento público e o cofinanciamento para os serviços socioassistenciais de acordo com as realidades locais de cada cidade brasileira.

Um estudo estimativo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016 analisou as implicações da então PEC 241/2016 (que veio a ser aprovada, tornando-se a EC 95/2016), sobre a PNAS, considerando o cenário base do ano de 2016 e um cenário de gastos de acordo com o teto do Novo Regime Fiscal (NRF), implantado pela EC 95/2016. Vejamos na tabela 1, a perda estimada em reais para a PNAS, entre esses dois cenários:

**Tabela 1** - Perda estimada para a assistência social após a emenda constitucional 95/2016 que impõe o novo regime fiscal de 2017 a 2036

Ano	em R\$ milhões de 2016 (atualizados pelo IPCA médio)		Perda estimada (C=B-A)	
	Despesa Cenário Base (A)	Despesa Cenário NRF (B)	em R\$ milhões	
			2016 (C)	% (D=C/A)
2017	85.646,38	79.052,09	- 6.594,29	-8%
2018	87.657,64	79.297,59	- 8.360,05	-10%
2019	90.239,05	79.462,35	- 10.776,70	-12%
2020	93.094,06	80.088,05	- 13.006,01	-14%
2021	96.710,01	80.088,05	- 16.621,95	-17%
2022	100.510,11	80.088,05	- 20.422,06	-20%
2023	104.492,43	80.088,05	- 24.404,38	-23%
2024	108.672,08	80.088,05	- 28.584,02	-26%
2025	113.042,91	80.088,05	- 32.954,85	-29%
<b>2026</b>	<b>117.617,91</b>	<b>80.088,05</b>	<b>- 37.529,86</b>	<b>-32%</b>
2027	122.403,08	80.088,05	- 42.315,03	-35%
2028	127.391,18	80.088,05	- 47.303,12	-37%
2029	132.567,22	80.088,05	- 52.479,16	-40%
2030	137.912,70	80.088,05	- 57.824,65	-42%
2031	143.434,45	80.088,05	- 63.346,39	-44%
2032	149.139,74	80.088,05	- 69.051,69	-46%
2033	155.023,83	80.088,05	- 74.935,78	-48%
2034	161.096,52	80.088,05	- 81.008,46	-50%
2035	167.360,76	80.088,05	- 87.272,70	-52%
<b>2036</b>	<b>173.820,55</b>	<b>80.088,05</b>	<b>- 93.732,49</b>	<b>-54%</b>
Perda acumuladas em 10 anos (2017 a 2026)			<b>-199.254,17</b>	
Perda acumuladas em 20 anos (2017 a 2036)			<b>-868.523,66</b>	

Fonte: Paiva *et al.*, (2016).

A partir deste estudo, observa-se a previsão de perdas bastante significativas no orçamento da PNAS, previsto em **-32% em dez anos** (2017-2026) e **-54% em vinte anos** (2017-2036), totalizando uma perda de menos R\$868.523,66 em duas décadas; isso considerando a permanência, sem quaisquer alterações dos programas e serviços socioassistenciais executados através do SUAS em 2016, os quais provavelmente não se sustentariam frente a necessidade de adequação ao teto do orçamento. Além disso, o contexto de Pandemia mundial, instaurado pela Covid-19 em 2020, que afetou sobremaneira a economia do País e os meios de subsistência da população mais pobre<sup>12</sup>, aumentando a demanda pelos serviços socioassistenciais, como veremos mais adiante, também não foi previsto neste estudo.

Segundo Silveira (2017, p. 488), o SUAS é reconhecido como “uma das principais reformas do estado brasileiro na democracia recente no âmbito da política social, por ser um modelo estatal público e democrático”. Porém, os projetos políticos antagônicos em disputa no poder público do Estado brasileiro comprometem o avanço e a ampliação desse modelo de

serviço, promovendo na contramão a fragilização da política e o desmonte dos serviços.

Lançada em 2006 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) estabeleceu os princípios éticos e as diretrizes que orientam a gestão do trabalho e a intervenção dos profissionais da área de assistência social, sendo estes:

- a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
- b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- c) Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
- f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
- h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. (BRASIL, 2006, p. 13).

Segundo Silveira (2017), a NOB-RH/SUAS representou um importante avanço regulatório para o processo de defesa e desprecarização da política. Nela estão definidas as equipes de referências e atribuições de cada categoria de profissionais dos níveis superior, médio e fundamental que atuam no SUAS. Todos os princípios estabelecidos pela NOB-RH/SUAS são importantes e devem estar embutidos no fazer profissional diário dos profissionais, inclusive assistentes sociais na instituição, já que reforçam os princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social (2019) e o seu compromisso com o processo de expansão e efetivação dos serviços do SUAS.

Além disso, o CFESS (2011) elaborou uma Cartilha pontuando os “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na PNAS”, a fim de esclarecer algumas questões pertinentes à

atuação da categoria nesta política. Dentre as questões levantadas, o documento versa sobre a necessidade e importância da atuação de assistentes sociais comprometidos no âmbito do SUAS, declarando que:

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2011, p. 4).

Diante do exposto, vale salientar que o Serviço Social localiza-se como uma das profissões que historicamente estiveram mais presentes na consolidação política da Assistência Social, como uma Política de direito, parte da Seguridade Social, e que vem rompendo com os laços de clientelismo e benesse outrora presentes em sua gênese. O SUAS, por conseguinte, tornou-se a materialização efetiva desta, como Política de Estado. Defender o financiamento público, a ampliação dos serviços e a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS constitui-se, portanto, como um dos compromissos ético-políticos assumidos pela categoria de assistentes sociais hoje; além de ser uma de suas importantes bandeiras de luta e um espaço de atuação profissional (CFESS, 2017).

Vejamos no próximo tópico um pouco acerca da atuação dos profissionais do SUAS na linha de frente de combate ao novo corona vírus, que tem resistido e lutado para viabilizar os direitos das populações mais vulneráveis, mesmo sob o desgoverno do atual presidente Jair Bolsonaro, que assumiu uma postura negacionista perante a Pandemia de COVID-19, que instaurou um quadro de crise sanitária e econômica no Brasil, trazendo à tona discussões acerca da capacidade e da essencialidade de políticas públicas como o SUS e o SUAS.

### **3.4 O SUAS na Linha de Frente: Crise sanitária e desgovernos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020 no Brasil**

A Pandemia da doença intitulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19, que se espalhou pelo mundo inteiro através da transmissão do novo coronavírus e suas variantes, chegou ao Brasil em meados de fevereiro de 2020, trazendo consigo muitos medos e incertezas à vida humana, sobretudo pela falta de “domínio” ou controle da doença, até então desconhecida pela ciência. Porém, sua chegada também escancarou diversos

problemas, já conhecidos e vivenciados pela população brasileira, dentre eles a precarização, a fragilidade e a insuficiência das políticas de Saúde e de Assistência Social.

A saúde, entendida pela OMS a partir de uma perspectiva biopsicossocial, compreende uma harmonia entre várias dimensões (física, mental e social) da vida humana, para que esta seja considerada saudável. Isto significa que um ser humano não precisa estar apenas livre de doenças para ser considerado saudável, ele precisa também estar bem alimentado, exercer atividades físicas, laborativas, de lazer, relacionar-se, produzir, procriar etc. Logo, quando se instaura uma epidemia, causando uma situação de calamidade pública, como ocorreu com a Covid-19 em diversos países, espera-se que seu enfrentamento abranja todas essas dimensões.

No Brasil, o enfrentamento à Pandemia de Covid-19 pelo Governo Federal tem sido alvo de críticas da população e de especialistas da saúde em âmbito nacional e mundial. Isto porque o discurso do Presidente Jair Bolsonaro apresenta uma suposta dualidade entre a essencialidade das medidas de proteção à saúde e a economia do País, fazendo com que a população, principalmente a mais vulnerável, acredite que não vale a pena proteger-se do coronavírus, se isso lhe custar o pão na mesa. O discurso do citado presidente tem sido veementemente reforçado pelo seu comportamento de desobediência às medidas de proteção individuais e coletivas, emitidas pela OMS, pela categoria médica e até mesmo pelo próprio Ministério da Saúde, que inclusive apresenta hoje uma crise de liderança, pois os dois ministros com formação na área da saúde que chegaram a ocupar o cargo até o momento, viram-se praticamente obrigados a sair do posto, por apresentarem posicionamentos divergentes aos do presidente quanto às medidas de segurança e combate à Pandemia. Bolsonaro foi flagrado diversas vezes em aglomerações e manifestações, em contato com a população, sem utilizar nenhum tipo de máscara de proteção facial ou evitar o distanciamento mínimo necessário entre pessoas. Além disso, em um discurso oficial emitido em março de 2020, ele referiu-se à doença como “gripezinha” e incentivou o tratamento da mesma com “cloroquina”, medicação ainda sem qualquer comprovação científica para a cura da Covid-19. O presidente assumiu um posicionamento negacionista e anticientífico no enfrentamento à Pandemia. A lista de falas e atitudes reprováveis da maior autoridade do País no enfrentamento a Pandemia é imensa. Essa é só mais uma das razões pela qual o Brasil ocupa hoje a 6ª posição no *ranking* de países em maior número de óbitos pela doença.

Outro fator relevante, e talvez o mais importante, que deve ser considerado por corroborar com o agravamento da crise sanitária que se instaurou no Brasil em virtude da Covid-19, é o grave quadro de precarização e desmonte das políticas sociais que vem se

aprofundando na última década, sobretudo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como “Lei do Teto dos Gastos”, que congelou os investimentos nas políticas públicas do País por 20 anos, conforme já mencionado anteriormente. Castro (2020) chama atenção para a importância de se entender o período pré-pandemia para então compreender os diversos aspectos da realidade brasileira durante a Pandemia.

Um desses aspectos é a instabilidade política em que se encontra o País atualmente, cujos principais marcos foram o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (2016) e a sucessão dos governos Temer e Bolsonaro, representando a “radicalização das teses neoliberais” e o “desmonte total da proteção aos trabalhadores” (CASTRO, 2020, p. 3), dentre outras características que lhes atribuíram as piores avaliações da história do nosso País.

Já no aspecto econômico, o autor afirma que quando a Pandemia chegou ao nosso País, já encontrou a economia brasileira em crise, devido aos resultados contrários ao crescimento prometido com a aprovação da EC nº95 e as consequências subjacentes, como o crescimento de apenas 1,3% a.a do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos três anos, e o “aprofundamento da desindustrialização, desestruturação da construção civil pesada, dependência do agronegócio” e outros problemas cujos rebatimentos se dão na esfera social (CASTRO, 2020, p. 4).

De acordo com Balassiano (2020), a década de 2011 a 2020 pode ser caracterizada como uma década perdida do ponto de vista do crescimento econômico, com a taxa média de crescimento de -0,1%. O último ano dessa década, 2020, marcado pela pandemia do coronavírus, registrou a maior queda econômica dos últimos 120 anos, -4,1% (SILVA; PAVAN, 2020). Porém, como o “estado de calamidade pública”<sup>13</sup> (Decreto Nº 10.316, de 7 de Abril de 2020) instaurado e o “orçamento de guerra”<sup>14</sup> (PEC 10/2020) acionado, o governo viu-se desobrigado a cumprir a Lei do Teto de gastos, o que possibilitou a implementação de “medidas excepcionais de proteção social”, como o Auxílio Emergencial (Decreto Nº10.316 de 07 de abril de 2020) que concedeu o benefício no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) durante três meses, sendo renovado em 2021, com um valor de parcelas menor, à população mais vulnerável do País durante a Pandemia.

---

<sup>13</sup> “VIII - estado de calamidade pública - situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação” (BRASIL, 2020).

<sup>14</sup> “institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional, decorrente da pandemia internacional; e dá outras providências” (BRASIL, 2020).

Castro (2020, p. 2) afirma que “as relações sociais de produção dos países, em cada momento histórico, determinam condições de vida que estão diretamente relacionadas às necessidades sociais básicas da população”. A partir dessa compreensão, o autor realizou um estudo comparativo acerca das condições de vida da população brasileira durante o período pré-pandemia (2014-2018/9) e no ano de chegada da pandemia (2020), a fim de analisar a situação da Proteção Social no Brasil. Para tal, ele explica que o conceito de “condições de vida” utilizado envolveu indicadores em oito dimensões: trabalho e renda; previdência social; saúde; saneamento básico e habitação; assistência social – pobreza de renda; desigualdade de renda; educação e segurança pública, e violência. Segundo o autor, a variação desses indicadores deve considerar as situações políticas e econômicas conjunturais e a direção da política pública.

Ao analisar essas dimensões, o autor considera que durante o período pré-pandemia, houve uma regressão em quase todas as áreas.

Por um lado, ocorreu a redução da renda e do poder de compra da maioria da população em idade ativa, inativa e para os vulneráveis, que indica a redução da proteção social da população no mundo do trabalho, na previdência pública e assistencial social. Por outro, conjugou-se a isso a manutenção/redução da oferta, em quantidade e qualidade, de bens e serviços públicos fundamentais de saúde, educação e saneamento básico. Além da ampliação da violência e insegurança e a elevação da pobreza e da desigualdade. (CASTRO, 2020, p. 13).

Segundo ele, essas alterações indicam a “redução da proteção social e o rebaixamento do bem-estar social” para a maior parte população. Ele conclui expondo que a análise realizada acerca das condições de vida da população brasileira mostrou que a proteção social tem graves debilidades para o enfrentamento da pandemia.

Embora o debate do enfrentamento a Pandemia esteja centrado nas áreas de saúde e economia, no que se refere à PNAS, esta se colocou na “linha de frente”, atenuando os efeitos nefastos, sobretudo entre os mais pobres, da maior crise sanitária já vista na contemporaneidade. Isto, porém, só foi possível devido ao SUAS, à atuação das equipes psicossociais nos equipamentos como os CRAS e à base de dados do CadÚnico, que é na verdade, a única base de dados robusta sobre o número de famílias em situação de pobreza no

País, fundamental para a implementação de políticas públicas e ações de transferência de renda de cunho emergencial, como foi com o Auxílio Emergencial<sup>15</sup> durante a Pandemia.

Sahb (2021) delinea um comparativo entre as duas políticas fundamentais no enfrentamento à crise que se estabeleceu no País, o SUS e o SUAS. Segundo a autora, a inspiração e a referência do SUS para a construção e consolidação do SUAS não está apenas no nome, mas também nas suas estruturas de coordenação e estabelecimento de pacto das ações. A autora enfatiza a essencialidade do SUAS, desde a sua implementação em 2004, destacando seu fortalecimento através de três componentes: Experiência com transferência de renda; Base de dados robusta e Recursos humanos qualificados. Segundo ela, essa *expertise* do SUAS foi a grande responsável pela viabilização e implementação do Auxílio Emergencial que segurou a economia e sustentou os desempregados durante a Pandemia no Brasil.

De fato, é válido assentir com a autora quando ela diz que “o SUAS deve ser reconhecido pelos brasileiros como o grande amortecedor da crise de Covid-19”, sobretudo por este ser também o responsável pelo acompanhamento de famílias em situação de fragilidade ou quebra de vínculos, contextos que devido ao isolamento social foram agravados (SAHB, 2021, p. 3). Porém, é também necessário reconhecer o quanto os profissionais do SUAS têm sofrido com o não reconhecimento das categorias que têm atuado na linha de frente nesta política.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2020)<sup>16</sup> mostrou que 61,50% dos profissionais do SUAS não receberam Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, como luvas, máscaras e álcool gel, para atuar durante a pandemia; 87% não recebeu nenhum tipo treinamento para lidar com a crise e mais de 90% disse ter medo de contrair a doença, o que agrava o estado da saúde mental dos trabalhadores dessa Política. A pesquisa também mostrou uma articulação de mais de 50% entre os profissionais da Saúde e da Assistência Social realizando ações como orientação, atendimentos, auxílio, troca de informações e encaminhamentos, dado que mais uma vez comprova a importância dos trabalhadores dessa categoria e dessa Política, através do SUAS, no combate à pandemia.

Uma entrevista da série especial CFESS Entrevista (2020), intitulada “Coronavírus: e quem trabalha na PNAS?” trouxe importantes informações de uma trabalhadora do SUAS da

---

<sup>15</sup> O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$ 600,00 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise (BRASIL, 2020). Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020>. Acesso em: 7 nov. 2021.

<sup>16</sup> Informação disponibilizada na norma técnica “A Pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil”. São Paulo: FGV, 2020.

cidade de São Paulo, Kelly Melatti (2020), também conselheira do CFESS, que fez as seguintes colocações:

A pandemia escancarou as insuficiências do Suas - equipes desfalcadas, número de CRAS, CREAS, Centros POP deficitários, em face da população a ser atendida, contratos de trabalho precarizados, ausência de política sólida de educação permanente, incapacidade de gestão da assistência social em todos os níveis, desrespeito, por parte do Executivo, às instâncias de controle social, dentre outras (MELATTI, 2020).

A entrevistada diz ainda que um dos principais desafios para os trabalhadores do SUAS no combate ao coronavírus, que “é o pseudo reconhecimento, por parte do Executivo, de que a assistência social é política essencial e a ausência de financiamento público que indique a honestidade desse reconhecimento” (MELATTI, 2020). Essa tem sido uma das questões fortemente criticadas com relação à forma de enfrentamento do atual governo à Pandemia.

Desta forma, diante do atual contexto exposto pela Pandemia, evidencia-se o quadro de precarização da Política de Assistência intensificado nos últimos anos, que foi escancarado na crise sanitária, política e econômica o qual o País atravessa. Vejamos no próximo capítulo, como o Serviço Social tem atuado através do conjunto CFESS-CRESS em direção à defesa e o fortalecimento do SUAS.

#### 4 ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO SUAS EM SERGIPE

*O cenário de fragilização do SUAS — congelamento de recursos, conservadorismo, gerencialismo e focalismos — é dinamizado, de forma aberta ou disfarçada, pelo avanço de medidas neoliberais com flexibilização e redução dos direitos e desmonte de sistemas estatais públicos. Realidade que sinaliza como desafio fundamental a luta dos sujeitos políticos do SUAS incorporada e presente nas lutas mais gerais em defesa dos direitos. (RAICHELIS, 2010, p. 755).*

Esse capítulo está estruturado a partir do levantamento dos dados e informações primárias e secundárias, seguida das análises e posterior apreensão dos resultados acerca das ações realizadas em defesa do SUAS, pelo Serviço Social enquanto categoria profissional, representada pelas instâncias federal e regional, a saber o CFESS e o CRESS/SE, nos últimos cinco anos (2016-2020). Importa considerar que, no referido período sinalizado acima, registrou-se um intenso acirramento das lutas pela manutenção do funcionamento das Políticas Sociais no Brasil, sobretudo através do SUAS. Veremos através das ações realizadas e documentadas, como as entidades representativas da profissão têm atuado em defesa do SUAS, em âmbito nacional através do CFESS e em âmbito estadual, através do CRESS-SE.

Antes de iniciar a apresentação dos resultados obtidos acerca das ações realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS em defesa do SUAS, cabe-nos fazer um esclarecimento acerca da mudança de recorte temporal desta pesquisa, inicialmente definido em 2010-2020. Conforme vimos no capítulo anterior, especificamente no último tópico, que discorre acerca dos rebatimentos da crise do capitalismo sobre as políticas sociais e sua influência direta na precarização dos SUAS, os ataques mais recentes a PNAS, sobretudo no que se refere ao seu orçamento, foram travados em decorrência da EC N°95/2016, que por sua vez, foi implementada no governo de Michel Temer (2017-2018)<sup>17</sup>. Notamos ainda, que toda construção da pesquisa, já vinham enfatizando os fatos mencionados, tamanho o impacto dos mesmos sobre a efetivação das políticas públicas. Portanto, optamos por reduzir o marco temporal, focalizando os rebatimentos dos últimos dois governos (Temer-Bolsonaro) sobre o

---

<sup>17</sup> vice-presidente da então presidente Dilma Rousseff, deposta do cargo após sofrer um processo de *impeachment*, o qual foi contextualizado na introdução desta pesquisa.

SUAS, e identificando as ações e posicionamentos do Serviço Social acerca dessa política, através dos seus órgãos representativos, dentro deste novo marco temporal: 2016-2020.

Outra mudança realizada no percurso da pesquisa, refere-se aos procedimentos metodológicos adotados, mais especificamente no que diz respeito a proposta inicial de aplicar questionários aos profissionais dos órgãos representativos da categoria e aos gestores municipais da Política de Assistência. Porém, devido ao contexto de Pandemia que atrasou e limitou significativamente todo o processo de pesquisa, e considerando também as contribuições e avaliações da Banca de Qualificação, optamos por aplicar um Roteiro de Análise Documental aos documentos selecionados dentro do recorte temporal pesquisado. Cabe salientar que os documentos analisados foram encontrados em portais, *sites* oficiais de entidades, movimentos sociais e noticiários *on-line*, tendo em vista o cumprimento das medidas de proteção social, sobretudo o distanciamento, e o funcionamento apenas de atividades essenciais, o que limitou o acesso a órgãos que pudesse manter um arquivo físico de documentos relacionados ao objeto pesquisado.

#### **4.1 Atuação CFESS em Defesa do SUAS: ações de 2016 a 2020**

O CFESS é uma autarquia pública federal que, dentre outras atribuições descritas na Lei de Regulamentação da Profissão Lei 8.662/1993, possui o dever de “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social” de acordo com o Código de Ética Profissional (2019). Segundo o próprio Conselho (s/d), “o conjunto CFESS/CRESS está historicamente ligado à defesa da criação e ampliação das políticas públicas, do controle social como instrumento de participação democrática e consolidação da democracia e da cidadania”. Porém, esta não foi uma direção imediata da sua atuação desde o seu surgimento. A seguir, um pouco do percurso do CFESS para entender a direção da sua atuação nos dias hodiernos.

Após a sanção da primeira Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, surgiu a necessidade da criação dos conselhos Federal e Regionais como representantes legais da categoria profissional perante o Estado. Inicialmente, ainda sob uma perspectiva teórica conservadora, a atuação dos conselhos era reduzida a normatizar e

fiscalizar o exercício profissional. O histórico do próprio CFESS (2020, s/d)<sup>18</sup> afirma que “a concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos acrílicos e despolitizados face às relações econômico-sociais”. Cabe salientar que,

o conservadorismo nunca esteve ausente na história da profissão [...], sob uma perspectiva conservadora com dois traços essenciais, entre outros. O primeiro se gestou como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social, destinada a prestar bens e serviços para assegurar a integração da classe trabalhadora na economia mercantil e para administrar uma política de manutenção da ordem do capital. Segundo, surgiu como profissão subalterna às Ciências Sociais, como profissão técnico-operativa, pragmática, avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento e sustentada teoricamente nas produções das Ciências Sociais, com ênfase no pensamento mais conservador (NETTO, 2009, p. 147-148).

Contudo, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, iniciado na década de 1960 (como já visto anteriormente na seção 3), mudou a perspectiva teórica da profissão, fazendo com que os conselhos passassem a atuar sob a perspectiva teórica marxista, que influenciou também o novo projeto ético-político da categoria. Outrossim, o projeto profissional dos assistentes sociais,

[...] sintonizada com as lutas pela redemocratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais. (CFESS, 2020, p. 2).

Assim, o CFESS passou a atuar numa perspectiva mais política, crítica e educativa, deixando a postura de uma entidade apenas burocrática e autoritária, procurando estabelecer uma aproximação com a categoria profissional, constituindo-se também como um espaço de diálogo e interlocuções coletivas, rumo à materialização dos princípios estabelecidos nos seus

---

<sup>18</sup> Informação retirada da página web “O CFESS”. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 7 nov. 2021.

instrumentos normativos<sup>19</sup>: o Código de Ética/1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (nº Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993) e a Política Nacional de Fiscalização. A partir dessa nova perspectiva, o Conjunto CFESS-CRESS “compreende a sua centralidade como eixo articulador das dimensões política, formativa e normativa”; assim a fiscalização passa a ser um instrumento de luta “capaz de politizar, organizar e mobilizar a categoria” (CFESS, 2020, p. 4) para uma atuação profissional mais eficaz na garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Um dos princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética (1993) em seu parágrafo V para a categoria de Serviço Social institui: “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. Como já visto na seção 3, mais especificamente no item 3.1.1, isto confere uma dimensão ético-política a atuação profissional dos assistentes sociais, que se materializa através das ações empreendidas pela categoria, tanto diariamente no seu fazer profissional, nos diversos espaços sócio-políticos em que atua, quanto coletivamente através de ações construídas pelo Conjunto CFESS-CRESS, que sinalizam para sociedade os posicionamentos adotados pela categoria em defesa da classe trabalhadora, frente aos embates estabelecidos pelos entraves advindos do conflito entre classes, no contexto do capitalismo monopolista no Brasil.

Assim, seguindo os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, dentre eles o de mapear as atividades estratégicas mobilizadas pelo conjunto CFESS-CRESS-SE acerca do debate e da luta da categoria em defesa do SUAS, procede-se a pesquisa executando o objetivo mencionado nas seguintes etapas:

Primeiramente, realizou-se uma busca das ações empreendidas pelo CFESS em defesa do SUAS, através da definição de algumas palavras-chaves como “Assistências Social” e “SUAS”, que direcionaram a pesquisa no quadro de buscas do *site* oficial da entidade, a saber: **cfess.org.br**. Nesta busca inicial, foram encontrados 37 *links* de notícias envolvendo o CFESS e a PNAS durante a última década (2010-2020), sendo que dentre estas, 17 haviam sido noticiadas entre 2016 e 2020, ou seja, um percentual de quase 50% das ações deu-se nos últimos cinco anos. As notícias encontradas foram transformadas em documentos digitais no formato *Portable Document Format*<sup>20</sup> (PDF), que permite a visualização de um arquivo em seu formato original (como uma espécie de fotografia da página, no momento exato em que

<sup>19</sup> Documentos cujo as atualizações foram conduzidas através de debates realizados pelo CFESS juntamente com os Conselhos Regionais.

<sup>20</sup> No português “Formato Portátil de Documento”.

foi acessada). Em seguida, esses documentos foram numerados e categorizados em uma pasta de arquivos digital e, por último, o Roteiro de Análise Documental estabelecido como parte da metodologia desta pesquisa foi aplicado a cada documento.

A partir dos documentos analisados, foram selecionadas algumas ações que de forma representativa mostram a atuação e o posicionamento da categoria de assistentes sociais, através do CFESS em defesa do SUAS e da Seguridade Social brasileira. Vejamos na figura 2 uma Linha do Tempo que exhibe os cartazes dessas ações realizadas nos últimos cinco anos (2016-2020):

**Figura 2** - Linha do tempo - cartazes representando algumas das principais ações realizadas pelo CFESS em defesa do SUAS de 2016 a 2020



**Fonte:** elaborada por Miriam Santos Prescinca Correia (2021), utilizando informações coletadas do CFESS (2021).<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Cartaz 2016: arte: Rafael Werkema/CFESS. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1270](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1270). Acesso em: 01 nov. 2021.  
 Cartaz 2017: arte: Rafael Werkema/CFESS. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425). Acesso em: 01 nov. 2021.  
 Cartaz 2018: arte: Rafael Werkema/CFESS. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1505](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1505). Acesso em: 01 nov. 2021.  
 Cartaz 2019: arte: Rafael Werkema/CFESS. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1550](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1550). Acesso em: 01 nov. 2021.

Na Linha do Tempo acima, vê-se através da ilustração dos cartazes selecionados, a presença de “motes” adotados pela categoria no enfrentamento aos constantes ataques dos dois últimos governos (Michel Temer e Jair Bolsonaro) que se sucederam pós-golpe. O primeiro cartaz (2016) traz o título **“Assistentes Sociais em defesa do SUAS e da Seguridade Social”** e faz parte da chamada publicada pelo CFESS em 10 de junho de 2016, convocando a categoria para participar do lançamento da “Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social”. No segundo cartaz (2017), temos as frases: **“Nenhum Direito a Menos”**, **“Nada a Temer Continuamos na Luta”** e **“Não ao Desmonte da Seguridade Social”**. Este cartaz foi publicado em 01 de novembro de 2017, em uma matéria do CFESS que destaca o seu posicionamento contra a redução de valores na proposta orçamentária do Governo Temer para a Assistência Social em 2018; em contrapartida, o governo vinha investindo cada vez mais no Programa Criança Feliz, o qual o CFESS também posicionou-se contra, lançando uma Nota Pública (ANEXO I), por ser este um programa “extremamente focalizado que retoma a cultura do primeiro-damismo e desrespeita a lógica do comando único do SUAS” (CFESS, 2017). Nesse sentido,

a análise das políticas sociais e dos espaços ocupacionais nos quais se inserem os assistentes sociais não pode ser apreendida de modo linear e determinista, ainda mais considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as expressões da questão social, mas também desencadeiam respostas da sociedade e do conjunto da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente (RAICHELIS, 2011, p. 430).

No terceiro cartaz (2018) temos o mote: **“Não aos Cortes na PNAS”**, publicado em 24 de setembro de 2018, quando mais uma vez a categoria posiciona-se contra os cortes propostos pelo PLOA para 2019. O CFESS reivindicou o respeito à deliberação do orçamento proposto pelo CNAS e conclamou a categoria para a luta em defesa do financiamento público da Assistência Social. No cartaz de 2019, vemos a divulgação do Projeto **“SUAS de Ponta a Ponta”**, que teve o objetivo de dialogar com os assistentes sociais que atuam na política de Assistência, mas que também possuem interface com as políticas de Saúde e Previdência Social. Essa iniciativa mostra que a entidade máxima da categoria também está preocupada em fortalecer e qualificar a atuação profissional, além de estabelecer espaços de escuta e diálogo com os mesmos. Por último, o cartaz da Plenária Virtual realizada pelo Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), movimento do qual o CFESS participa na coordenação nacional e executiva. Nesta ocasião, o conselho foi representado pelos

conselheiros Agnaldo Kenevitz e pelas conselheiras Kelly Mellati e Priscyla Cordeiro. A Plenária discutiu temas importantes sobre o trabalho da categoria no contexto de Pandemia da Covid-19 e de retrocessos dos direitos sociais.

Em 2020, mesmo diante do contexto de Pandemia instaurado pela COVID-19, o CFESS participou de várias outras ações *on-line* (obedecendo às recomendações de distanciamento social) em defesa do SUAS, a exemplo do Ato/Live: **“Assistência Social, Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Popular”** (ANEXO II), realizado pela Frente em Defesa do SUAS e da Seguridade no dia 07 de dezembro de 2020, data que marca os 27 anos da LOAS no Brasil. A transmissão ao vivo do ato ocorreu através da plataforma de vídeo *YouTube* e contou a participação e apoio de vários movimentos sociais e categorias de trabalhadores do SUAS do Brasil inteiro, somando mais de 1.600 visualizações na plataforma. Este ato ocorre em um importante momento histórico do País, que sinaliza a fragilidade do SUAS e de outras políticas como o SUS no enfrentamento à pandemia; portanto, busca unir vozes em favor dos direitos do povo e do financiamento público dessas políticas.

O CFESS (2020) deixa claro o posicionamento da categoria no enfrentamento à Pandemia: “É o Serviço Social contra o Coronavírus e em defesa do direito à vida. Nossas condições de trabalho e de saúde significam proteção também para cada usuário/a do Serviço Social”. Com o objetivo de publicar esse e outros posicionamentos e responder às questões da categoria relativas à atuação dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais no contexto da Pandemia, o Conselho criou uma seção especial em seu *site* oficial, intitulada **“COVID-19 (Coronavírus)”**, na qual tem publicado materiais (entrevistas, normativas, informes, etc.) com essas respostas.

Acerca da atuação do Conjunto CFESS-CRESS em defesa do SUAS, foi estabelecido no Relatório Final da Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020, no eixo Seguridade Social, no que se refere à Assistência Social, o seguinte compromisso para o próximo triênio (2020-2023):

**[...] priorizar ações em defesa da Assistência Social como direito, e do SUAS como política pública e as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/as, na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados à população** (CFESS, 2020, p. 48, grifo nosso).

Os relatórios anteriores, dos últimos cinco anos, mostram que este compromisso já vem sendo assumido pela categoria e atualizado anualmente através das Plenárias do Conjunto CFESS-CRESS. As deliberações dessas plenárias, também resultaram na construção coletiva das “Bandeiras de Lutas”, que compõe a “Agenda Permanente” da categoria. Neste documento, no que se refere às lutas em defesa da Seguridade Social, foram definidos os seguintes pontos:

Quanto à implementação do SUAS:

- a) defender que a renda per capita para acesso aos programas de transferência de renda seja de um salário mínimo;
- b) defender que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não seja computado no cálculo da renda familiar, para efeito do acesso aos programas de transferência de renda;
- c) defender a implementação dos benefícios eventuais;
- d) reafirmar o conceito de família que ultrapasse os critérios de consanguinidade e de conjugalidade, expressando as formas plurais de pertencimento e convivência socioafetiva, para acesso aos programas, benefícios e serviços socioassistenciais. (CFESS, 2019, p. 6).

Quanto ao financiamento: “Defender a destinação de, no mínimo, 10% do orçamento da seguridade para o financiamento dos serviços socioassistenciais do SUAS e o cofinanciamento pelas três esferas de governo, a correção e o aumento real dos valores destinados ao custeio da política de assistência social” (CFESS, 2019, p. 7).

Quanto à Gestão:

1. Defender a ampliação do quadro de trabalhadores/as nas políticas sociais, por meio de concurso público;
2. Defender uma política de saúde do/a trabalhador/a;
3. Defender a redução da jornada de trabalho, sem perdas salariais, para todos/as o(a)s trabalhadores/as;
4. Posicionamento contrário à terceirização do trabalho;
5. Posicionamento contrário às condições de trabalho degradantes, combatendo toda forma de assédio moral;
6. Defender a adequação das equipes de referência do SUAS, em consonância com as diretrizes da NOB-RH/SUAS;
7. Defender uma política de educação permanente para os/as trabalhadores/as das políticas sociais nas três esferas de governo. (CFESS, 2019, p. 8).

Quanto ao controle social:

7. Fortalecer os Fóruns de Trabalhadores/as do SUAS, no nível nacional, estadual, regional, distrital e municipal, com vistas à defesa da implementação da NOB-RH/SUAS e da NOB-SUAS-2012 (Cap.VIII – Gestão do Trabalho);
8. Participar dos Fóruns de Trabalhadores/as do SUAS, tendo como referência a Carta de Princípios e o Plano de Lutas construídos democraticamente. (CFESS, 2019, p. 9).

A partir desses compromissos, o conjunto CFESS-CRESS materializa sua pauta política juntamente com movimentos sociais e outras categorias que se posicionem contra o assistencialismo, o clientelismo e a ausência de mecanismos de controle social, e a favor do fortalecimento, da ampliação e qualificação da oferta dos serviços do SUAS, bem como da valorização dos trabalhadores da Assistência Social. Nesse sentido pontuamos que, o trabalho do assistente social teórico e prático, de cunho intelectual não pode estar desvinculado da ação política, daí o papel do “intelectual militante”, que a partir da abordagem marxista, constrói articula a dimensão teórico-metodológico, tendo como horizonte de análise e de luta política a construção de uma nova ordem societária (FLORESTAN,1981).

Vejamos, a seguir, as ações da categoria desenvolvidas nessa direção, no contexto do nosso estado, através do Conselho Regional.

#### **4.2 Ações do CRESS/SE em Defesa do SUAS: de 2016 a 2020**

Vimos, através dos dados da conjuntura política e econômica nacional, que a pobreza tem crescido no Brasil, bem como as demandas principais programas de transferência de renda, como o PBF e o BPC. A situação de Sergipe ganha contornos ainda mais dramáticos do ponto de vista social. O estado, que já é um daqueles que possuem os indicadores sociais mais críticos do País (junto com seus vizinhos nordestinos e os estados da região Norte), apresentou taxas de crescimento econômico ainda piores que a média nacional e a nordestina. Entre 2015 e 2018 (ano do último dado disponível pelo IBGE) a economia sergipana encolheu 11,4%. No período analisado, Sergipe não apresentou nenhum sinal de recuperação econômica, ainda que tímido. Como resultado de uma economia deprimida, Sergipe possui uma taxa de desemprego de 18,4% para 2020, segundo os dados da PNADC do IBGE. Para fins de comparação, em 2015 a taxa de desocupação era de 9,1%. Desta forma, aumentou-se também o grau de informalidade da economia, que passou para 51,5%. Importa lembrar que o cálculo da criação de empregos a partir da contrarreforma trabalhista de Temer e da lei de terceirização irrestrita foi modificado, passando a contar os “trabalhadores por conta própria” e empregados intermitentes, maquiando a precarização do mercado de trabalho que leva a maior vulnerabilidade social. A mesma PNADC, porém, registra que Sergipe possuía em 2020 uma taxa de subutilização da força de trabalho da ordem de 42,4%, um dado estarrecedor do ponto de vista do impacto social.

Em termos de CadÚnico, Sergipe também apresentou aumento do número de famílias inscritas superior ao nacional. Em 2020 eram 483,1 mil unidades familiares inscritas. Se comparados aos 444,8 mil inscritas de 2015, houve um aumento de 8,67%. O total de famílias atendidas pelo PBF, por sua vez, apresentou um acréscimo de 6,52% para os mesmos anos. Ambos os indicadores levam a um aumento da vulnerabilidade social e conseqüente maior demanda sobre programas e equipamentos sociais. Mais um número que confirma esse contexto sombrio em Sergipe é o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE mais recente, para o biênio 2017-2018, Sergipe, com 48,5% dos lares com insegurança alimentar, era o nono estado do País e o quarto do Nordeste.

Todo esse quadro de aprofundamento da pobreza e precarização da vida em Sergipe demanda a atuação de profissionais comprometidos com a elaboração, a execução e a defesa de políticas públicas sociais em prol da população mais vulnerável ao avanço do neoliberalismo: a classe trabalhadora. É nesse ínterim que o Serviço Social, através do seu órgão representativo local, o CRESS-SE 18ª Região, vem atuando de forma coletiva, somando forças com movimentos sociais e entidades representativas de outras categorias profissionais. Vejamos a seguir a trajetória do CRESS-SE e como procedeu-se esta pesquisa acerca da sua atuação hoje na luta contra o desmonte do SUAS.

Antes da fundação do CRESS/SE 18ª Região, os assistentes sociais sergipanos faziam parte do CRAS 5ª Região/Bahia; porém, devido à distância geográfica, os profissionais que constituíam a Delegacia de Sergipe sentiram a necessidade de trazer as discussões para perto da categoria local, com vistas a uma participação mais efetiva. Cabe ressaltar que este processo de independência ocorreu mediante muitas lutas, dentre elas, a de atender ao critério mínimo de 500 profissionais inscritos para formar um conselho. Com este objetivo, foi realizada no dia 14 de junho de 1983 uma reunião extraordinária de diretoria da Delegacia de Sergipe, que posteriormente solicitou ao CRAS 5ª Região/Bahia e ao então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) o seu desmembramento, sendo este pedido acatado e aprovado através da resolução do CFAS nº 171/83. Assim, CRESS/SE 18ª Região foi instituído através da Resolução do nº 171/83 no dia 26 de agosto de 1983. Mais tarde, ambos tiveram a nomenclatura alterada para CFESS e CRESS, respectivamente.

Prates e Prates (2009, p. 115) afirmam que os registros históricos são fontes importantes de pesquisa, dos quais destacam-se “documentos oficiais de uma instituição, tais como planos de trabalho, regimentos, estatutos, orçamentos e relatórios de gestão”. Os autores

afirmam ainda que estes documentos podem ser produzidos de maneira consciente ou inconscientemente, servindo como “contra-provas históricas” dos valores sociais e das representações que os sujeitos envolvidos fizeram de determinada realidade, naquele contexto. Desta forma, os Relatórios de Gestão produzidos pelo CRESS/SE constituem-se como importantes registros históricos que trazem representações da categoria dentro do marco temporal em análise (2016-2020). Estas representações estão imbricadas ao movimento histórico-político em esfera local, regional e federal, que dita o fluxo de demandas e questões a serem discutidas e abraçadas como pautas de atuação pelos Conselhos.

A análise das ações do CRESS/SE 18ª Região em defesa do SUAS deram-se através do acesso aos Relatórios de Gestão produzidos pela entidade para prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) do estado, elaborados em atendimento à Instrução Normativa - nº 72 de 15 de maio de 2013. Estes relatórios estão disponíveis no Portal da Transparência do *site* oficial da entidade, a saber: **novocress.org.br**.

Ao acessar os Relatório de Gestão correspondente aos últimos cinco anos (2016-2020), focalizamos uma análise mais detalhada nos relatórios de ações da “Comissão de Políticas Públicas”, da “Comissão de Orientação e Fiscalização” e no “Plano de Metas”. Os relatórios específicos de cada uma dessas comissões estão contidos dentro do Relatório de Gestão do CRESS em cada ano correspondente. As comissões são formadas por conselheiros do CRESS e atuam através de ações específicas em suas áreas, conforme o planejamento da entidade.

A seguir, apresentamos na tabela 2 um levantamento quantitativo das ações realizadas pelo CRESS/SE no período em análise (2016-2020), especificando o número de ações empreendidas em cada ano, por cada gestão em vigência, e o somatório total dessas ações nos últimos cinco anos do século XXI.

**Tabela 2** - Ações realizadas pelo CRESS/SE segundo os relatórios de gestão de 2016 a 2020

Ano	Gestão	Ações Realizadas	Total de Ações
2016	“Ousar, Lutar e Avançar”	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação nos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social;</li> <li>✓ Participação na Comissão de Gestão do Trabalho do SUAS da Sec. de Estado da Inclusão;</li> <li>✓ Participação e apoio na criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS;</li> <li>✓ Luta pela regularização dos repasses do cofinanciamento da Política de Assistência Social em SE;</li> <li>✓ Participação em Frentes em defesa da Democracia e contra a perda de direitos;</li> <li>✓ Publicação de Notas com posicionamento oficial em defesa das Políticas Públicas. Ex.: combate ao desmonte do MDS, SUS e SUAS.</li> </ul>	07
2017	“Vamos lá Fazer o que Será”	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação nos Atos públicos em defesa das Políticas Públicas: contra a reforma trabalhista e da Previdência.</li> </ul>	02
2018	“Vamos lá Fazer o que Será”	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ XXVII Encontro Descentralizado Região Nordeste do Conj. CFESS/CRESS;</li> <li>✓ Participação no II Seminário Nacional O Trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social em Fortaleza/CE.</li> </ul>	02
2019	“Vamos lá Fazer o que Será”	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Campanha: “Não à Contrarreforma da Previdência”;</li> <li>✓ Participação na Greve Geral;</li> <li>✓ II Seminário: “O SUAS em tempo de agenda ultraliberal”;</li> <li>✓ II Plenária dos Trabalhadores do SUAS;</li> <li>✓ II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva Aracaju – a Seguridade que temos e a que queremos;</li> <li>✓ Plenária da Frente Estadual em defesa do SUAS;</li> <li>✓ Posse no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS);</li> <li>✓ XIII Conferência Nacional de Assistência Social em SE.</li> </ul>	08
2020	“É preciso estar Atento e Forte”	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 04 Reuniões <i>Online</i></li> <li>✓ Esclarecimento à consulta, quanto a competência legal do CRESS/SE para ingressar com ação judicial, com pedido de adicional de insalubridade em favor dos trabalhadores do SUAS do município de Aracaju;</li> </ul>	05
<b>Total de Ações realizadas de 2016 a 2020:</b>			<b>24</b>

**Fonte:** Elaborado por Miriam Santos Prescinca Correia (2021) com base nos Relatórios de Gestão do CRESS/SE de 2016 a 2020. Disponível em: <https://cress-se.implanta.net.br/portalthtransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510>. Acesso em: 7 nov. 2021.

Nota-se, no quadro acima, que há uma intensificação das ações realizadas pela Comissão de Políticas Públicas do CRESS-SE com ênfase na defesa do SUAS e da

Seguridade Social, nos anos de 2016, quando ocorreu o *impeachment* da então presidente Dilma Roussef e Michel Temer assumiu o poder, implantando uma agenda de reformas e retrocessos na Seguridade Social; e em 2019, quando se inicia o governo Bolsonaro, que traz consigo uma pauta econômica e social extremamente conservadora, que rebate sobre a oferta dos serviços socioassistenciais nos estados e municípios, impulsionando as categorias profissionais e movimentos sociais a se mobilizarem contra essas pautas através das ações mencionadas.

Uma busca no *site* oficial da entidade, através da seção de “Notícias” nos permitiu encontrar ainda outras atividades, que não constam nos relatórios, realizadas em 2020, quando já havia se instaurado o contexto de Pandemia por COVID-19 no estado de Sergipe. Dentre essas ações, destacaremos a atuação do **“CRESS Sergipe pela valorização dos trabalhadores do SUAS”**, em que a entidade representativa do(a)s assistentes sociais posiciona-se a favor dos direitos de todos os trabalhadores do SUAS, denunciando irregularidades no tocante à segurança e aos direitos trabalhistas destes profissionais que têm atuado na linha de frente no combate à Pandemia em nosso estado. O CRESS leva a público denúncias quanto à falta de EPI; defende o acréscimo salarial de adicional de insalubridade compatível com a função e a exposição ao vírus e chama atenção para a necessidade de realização periódica de testes de Covid-19, a fim de evitar ainda mais a propagação do vírus. Além disso, o Conselho posiciona-se a favor do afastamento dos profissionais acima de 60 anos, gestantes, lactantes e portadores de doenças crônicas, para a realização de teletrabalho sem redução salarial. Desta feita, o CRESS-SE reafirma o seu posicionamento ético-político em defesa da classe trabalhadora e da PNAS, reconhecendo a sua importância para amenizar os danos causados pela agudização da crise sanitária, econômica e social que tem atingido sobretudo a população mais vulnerável do nosso estado. Logo, ilustramos na figura 3:

**Figura 3** - Cartaz "CRESS Sergipe em defesa da valorização das/dos trabalhadoras/es do SUAS"



**Fonte:** CRESS/SE (2020). Disponível em: <https://novo.cress-se.org.br/cress-sergipe-pela-valorizacao-dos-trabalhadoras-es-do-suas/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Para levantar reflexões acerca do contexto de Pandemia no Brasil e em Sergipe, o CRESS-SE lançou em 2020 o “**Curso Serviço Social e Crise Sanitária**”, que foi dividido em 05 módulos e ocorreu através da plataforma *online Sympla/Zoom*, contando com a participação de mais de mil assistentes sociais de diversos estados do País. Daremos destaque ao IV Módulo do curso, que discutiu o tema: “**O SUAS em Tempos de Pandemia**” e trouxe como palestrantes a assistente social, professora e pesquisadora Ivanete Boschetti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o assistente social e secretário municipal Valdiosmar Vieira Santos (Lagarto/SE). Boschetti iniciou sua fala destacando algumas características da Assistência Social no Brasil, colocando a “negação muito forte da Assistência Social como direito e, por isso, uma negação muito forte da responsabilidade e do dever estatal na garantia da assistência” como uma particularidade desta política no nosso País. Em seguida, foram destacados dois principais eixos/vetores do SUAS: a garantia de benefícios monetários e os serviços socioassistenciais, pontuando que o primeiro eixo acaba “fagocitando a possibilidade de organizar e estruturar o segundo vetor do SUAS, que é a implantação, expansão e universalização dos serviços socioassistenciais”, razão pela qual

estes serviços vêm sendo colocados cada vez mais à margem na Política de Assistência (informação verbal)<sup>22</sup>. A palestrante chamou atenção ainda para os grandes cortes orçamentários que o SUAS vem sofrendo nos últimos anos, o que resulta na redução de atendimentos que prestam serviços absolutamente necessários à população mais vulnerável. Ela enfatiza que o contexto de Pandemia agrava toda a condição de crise econômica já vivenciada no Brasil, revelando que o SUAS não tem recurso, estrutura financeira nem equipamentos para responder a essa nova situação. Por sua vez, o palestrante Valdiosmar enfatiza que o contexto vivenciado em virtude da Pandemia requer de nós, enquanto categoria, a defesa intransigente do “valor da vida”. Destaca também a condição de subalternidade da PNAS, trazida para o foco durante a pandemia apenas com o objetivo de amenizar os efeitos do capitalismo sobre os mais vulneráveis. Ele chama atenção também para o quadro geral de desmonte da Seguridade Social no Brasil.

A seguir, veremos como a categoria, através do conjunto CFESS/CRESS, tem se posicionado junto a Movimentos Sociais e a outras categorias na luta em defesa do SUAS.

### **4.3 Posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS junto a Movimentos Sociais e outras Categorias em Defesa do SUAS**

O Código de Ética Profissional do(a)s Assistentes Sociais estabelece o princípio da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”; bem como expressa no Capítulo IV, Art.12, inciso b, o direito profissional de “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2011, p. 25). Além disso, está expressa ainda no artigo 4º, inciso 9, da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), a capacidade do/a assistente social em “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Diante dessas prerrogativas e do direcionamento ético-político construído pela categoria nas últimas décadas, como fora exposto na seção 3, item 3.1.1, deste trabalho dissertativo, o Serviço Social assume o compromisso de enfrentar as lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora de forma coletiva, atuando junto aos movimentos sociais e

---

<sup>22</sup> Informação retirada da entrevista cedida por Ivanete Boschetti. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ga2MxJr7KM>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

as categorias e entidades que compartilham dos mesmos princípios e possuem pautas em comum.

Sabe-se que a década de 1980 é marcada pela efervescência dos movimentos sociais e Gohn (2011) afirma que “tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas”. A autora e pesquisadora acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade Gohn (2011, n.p.) define movimentos sociais como sendo

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. GOHN, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a *internet*.

Segundo o CFESS (2018), a categoria vem atuando em defesa da Seguridade Social brasileira (a qual vem sofrendo sucessivos cortes nos últimos anos do século XX e nas duas décadas do século XXI) através de estratégias como a atuação junto aos fóruns de trabalhadores/as do SUAS, a participação nos conselhos de direitos e nos demais espaços de mobilização e defesa dos direitos da população usuária da PNAS. Esta participação ocorre por meio de conselheiras da gestão do CFESS e também de assistentes sociais de diferentes estados que representam a categoria quando estão inseridos/as nestes espaços de participação e controle social. São diversos fóruns, frentes e conselhos de políticas e direitos em que o CFESS atua, porém na luta em defesa do SUAS estão o CNAS e o FNTSUAS.

O CFESS compreende estes espaços como parte importante na defesa e construção de políticas públicas que atendam às necessidades e anseios da população usuária dos serviços sociais. E, nesse sentido, reuniu suas representações nos espaços da seguridade social, para tratar de assuntos como a participação social, considerando o contexto de retirada de direitos no governo Temer, discutindo as perspectivas de cada espaço, os limites, os desafios e avaliando a inserção do Conselho Federal. (CFESS, 2018, n.p.).

Em 2017 o CFESS marca presença na 11ª Conferência Nacional da Assistência Social, que acontece num cenário em que o governo de Michel Temer impõe um severo ajuste fiscal, através de achatamento e atrasos de salários de servidores públicos, aumento de contribuições

previdenciárias, privatizações e congelamento de recursos públicos de diversas áreas. Além disso, o governo tem avançado em impor cortes orçamentários em programas como o PBF e o BPC, enquanto investe em programas que reforçam o primeiro damismo e o voluntariado como o Criança Feliz e o Progredir (CFESS, 2017).

**Figura 4** - CFESS promove ato em defesa da seguridade social durante a 11ª Conferência Nacional da Assistência Social (2017) em Brasília-DF



**Fonte:** Rafael Werkema/CFESS 2017. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1437](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1437). Acesso em: 01 de novembro de 2021.

O CFESS marca presença nesta importante Conferência (Figura 4), levantando o mote “Sem orçamento público não tem assistência social, trabalhadores/as e usuários/as”, com a participação de mais de duas mil pessoas, entre elas assistentes sociais de vários estados e demais trabalhadores/as do SUAS. O Ato foi realizado em frente ao Centro de Convenções de Brasília e os manifestantes levavam cartazes com palavras de ordem como: “Pelo fim da retirada de recursos da Seguridade Social”, “Não à precarização do trabalho no Suas”, “Proteção Social para todos/as”, “Pela efetivação dos direitos socioassistenciais”, “Não ao primeiro-damismo”, entre outras. O grupo entrou no auditório onde estava sendo lido o Regimento Interno da Conferência e entoou o grito: “Fora Temer”, reforçando o posicionamento contrário às medidas impostas pelo governo ilegítimo (CFESS, 2017). O Ato foi organizado pelo FNTSUAS e pelas entidades que o compõem, como o CFESS.

Diante da atual conjuntura de crise política e econômica em que se encontra o País, é na perspectiva de manter os direitos até então conquistados, com muita luta e trabalho da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que se posicionam a favor dela, que o CFESS vem somar forças, tendo em vista fortalecer as agendas e bandeiras estratégicas para enfrentamento aos desmontes das políticas sociais e direitos sociais. Na luta contra os cortes e a precarização da PNAS, mais especificamente do SUAS, um movimento ao qual a nossa categoria tem atuado junto é o FNTSUAS. A seguir, alguns cartazes de importantes ações do FNTSUAS em que houve apoio do CFESS (Figuras 5 e 6).

**Figura 5** - Cartaz que representa ações do FNTSUAS apoiadas pelo CFESS



**Fonte:** Arte: Rafael Werkema/CFESS 2019. Disponível em: [www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1545](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1545). Acesso em: 01 nov. 2021.

Em Sergipe o CRESS-SE/18ª Região também tem somado forças aos movimentos sociais, sindicatos e entidades que se posicionam e atuam contra o desmonte da PNAS e em prol do fortalecimento do SUAS. Dentre eles estão o Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (SINDASSE), a Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Sergipe (FETAM), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Sergipe (SINDIPREV) e o Fórum

Estadual dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS-SE), organizado localmente em 2018 no contexto de avanço da agenda conservadora e ultraneoliberal do governo Bolsonaro, que vem afetando o trabalho e a oferta dos serviços socioassistenciais nos municípios sergipanos.

Vejamos a seguir algumas ações de grande impacto que foram realizadas por essas e outras entidades em parceria com o CRESS-SE, que reforçam o posicionamento da categoria junto aos movimentos sociais, a classe trabalhadora e a sociedade civil em defesa do SUAS no estado de Sergipe.

Como já contextualizado anteriormente, a partir de 2016 as ações da categoria intensificam-se devido às medidas do governo Temer que ameaçavam os pilares da seguridade social brasileira construídos até então. Uma dessas medidas foi a promulgação da atual Emenda Constitucional nº95, mais conhecida como “Lei do Teto dos Gastos”, que desde que surgiu como Projeto de Lei nº241 foi arduamente combatida pela categoria de assistentes sociais em Sergipe e em todo País. Abaixo, vemos um registro de assistentes sociais durante um Ato realizado contra a PEC 241 e a Reforma da Previdência, também em curso durante o governo Michel Temer (Figura 6).

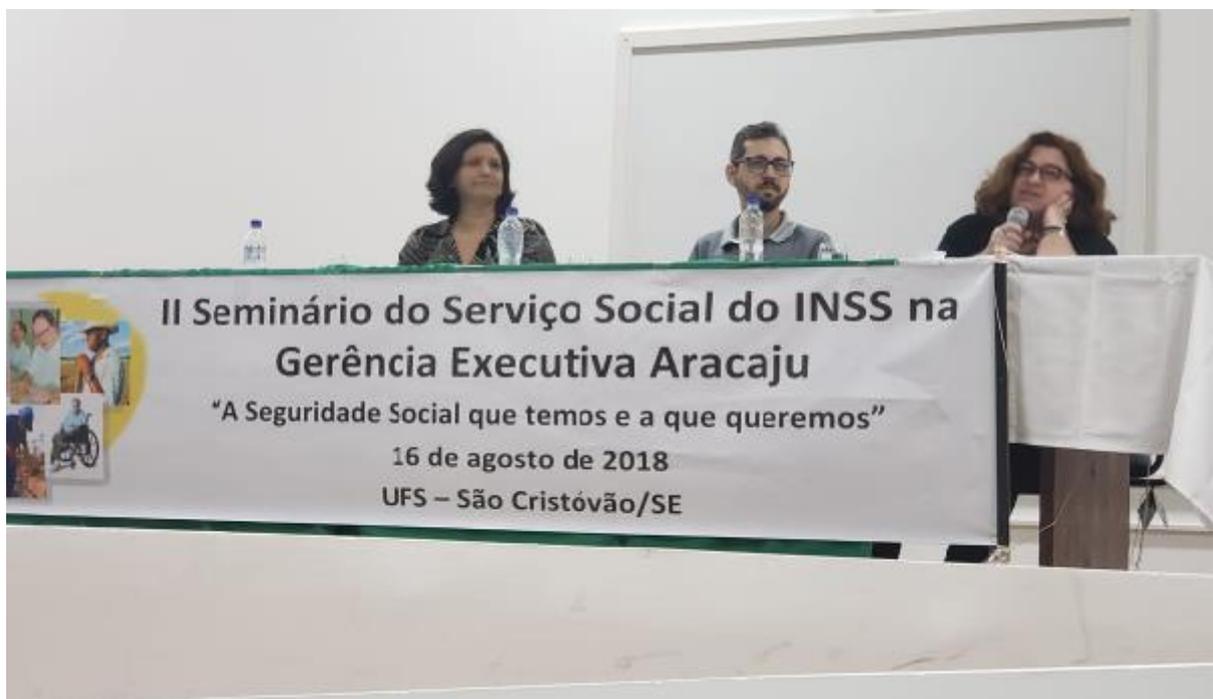
**Figura 6** - Assistentes Sociais do CRESS-SE marcam presença em Ato contra a PEC 241 e o desmonte das Políticas Públicas, realizado pela entidade e movimentos sociais.



**Fonte:** CRESS (2016). Disponível em: <https://novo.cress-se.org.br/assistentes-sociais-participam-de-atos-contr-a-pec-55-e-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

A partir de então sucederam-se diversos eventos de formação, atos e encontros que sinalizaram a necessidade de discussão da categoria a respeito da temática envolvendo o modelo de Seguridade Social garantido constitucionalmente, a PNAS e a precarização em curso do SUAS. Para tanto, a categoria representada pelo CRESS, uniu forças com IES como a UFS e com sindicatos como o SINDIPREV, conforme veremos na figura 7:

**Figura 7** – Mesa composta por palestrantes durante o II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva de Aracaju, realizado pelo INSS com apoio do CRESS-SE na UFS em 2018.



**Fonte:** CRESS (2018). Disponível em: <https://sindiprev-se.org.br/conteudo/1156/sindiprev-sergipe-apoia-e-participa-de-seminario-do-servico-social-do-inss-em-sergipe>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Segundo a entidade SINDIPREV (2018), “o evento constituiu-se num importante espaço de reflexão crítica sobre a importância histórica de nossa Seguridade Social desde a promulgação da Constituição Federal de 1988”; além disso, foram debatidos os rumos e as novas tendências para a Seguridade Social a partir das ações “deletérias e regressivas” do governo Bolsonaro. Contribuíram para o debate as professoras doutoras Ivanette Boschetti (UFRJ) e Nelmires Ferreira (UFS), que apontaram as principais causas e interesses a que atendem o desmonte das políticas de Seguridade Social no Brasil, pontuando possíveis saídas para superar os problemas encontrados. O evento também contou com a participação do gerente executivo do INSS, Raimundo Brito, que enfatizou “a importância do Serviço Social

como elo crucial entre o Instituto e as famílias mais carentes”. O evento teve uma ampla abrangência e repercussão entre a categoria profissional, as entidades sindicais envolvidas e a comunidade acadêmica, e aconteceu em um momento crucial, contribuindo para a reflexão crítica acerca da conjuntura política local e brasileira (ANEXO III). Acerca desse contexto, Silva (2015) pontua que:

A reflexão sobre as características e tendências contemporâneas da previdência social no contexto de crise do capital parte da constatação de que a contrarreforma que a atinge desde 1998 a tem tornado diminuta, com o seu potencial de expansão inibido em decorrência das restrições de direitos, pela redução dos valores dos benefícios, dos limites para acessá-los e, também, devido ao seu atrelamento a um teto decrescente ao longo dos anos (SILVA, 2015, p.144).

Da mesma maneira, no ano seguinte, o II Seminário do SUAS, realizado pela FETSUAS<sup>23</sup> com apoio do CRESS-SE e outras entidades, contribuiu para este debate, através da palestra “SUAS em tempos de agenda ultraliberal”, proferida pela assistente social, mestre e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Lula, Márcia Lopes. O evento teve continuidade com a II Plenária dos Trabalhadores do SUAS, que além de discutir aspectos da conjuntura local e estratégias de atuação, votaram e aprovaram o Estatuto do FETSUAS, bem como elegeram a coordenação do Fórum (Figura 8).

**Figura 8** – Cartaz do II Seminário do SUAS com palestra de Márcia Lopes: "SUAS em tempos de agenda ultraliberal"; realizado pelo CRESS-SE e outras entidades

---

<sup>23</sup> “A Frente é um grupo de entidades e movimentos que tem se organizado para lutar contra o desfinanciamento, o desmonte do SUAS a retirada de direitos sociais. Atualmente, compõem a Frente o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Sindicato dos Psicólogos do estado de Sergipe (SINDPSI), Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (SINDASSE), Sindicato dos trabalhadores de socioeducação do estado de Sergipe (SINTS), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado de Sergipe (FETAM)”. (CRESS, 2019).



**Fonte:** CRESS (2019). Disponível em: <https://novo.cress-se.org.br/frente-em-defesa-do-suas-e-da-seguridade-social-realiza-seminario/>. Acesso em: 01 nov.2021.

Esses Seminários e as demais ações mencionadas no decorrer deste capítulo acontecem em um momento crucial e estratégico, em que várias entidades profissionais e movimentos sociais unem-se para debater acerca da atual conjuntura política do País e seus rebatimentos sobre a PNAS que afetam diretamente a prestação dos serviços socioassistenciais para a população e os trabalhadores/as do SUAS em Sergipe.

Diante do exposto, percebe-se que o posicionamento do conjunto CFESS-CRESS, junto aos movimentos sociais e outras categorias, materializa-se através das ações provenientes de uma pauta coletiva construída a partir de demandas que emergem da conjuntura local e nacional, sobretudo em tempos de retrocesso dos direitos sociais. Dentro do marco temporal em análise, 2016-2020, vimos como o acirramento dos ataques e dos desmontes do SUAS, advindos do próprio governo federal, impulsionou o Serviço Social a se posicionar de forma contundente em defesa do SUAS e dos direitos sociais arduamente conquistados pela população brasileira até aqui. Portanto, conclui-se que o Serviço Social é contrário a todas as ações investidas pelos dois últimos governos (Temer-Bolsonaro) na tentativa de enfraquecer a PNAS e a execução dos Programas e Serviços prestados pelo SUAS, através dos sucessivos cortes orçamentários, além da desvalorização dos trabalhadores/as deste Sistema. O quadro de precarização da política agravou-se no contexto da Pandemia, o que revelou a essencialidade dos serviços prestados para mitigar os efeitos da

crise sanitária alastrada no País. Porém, este quadro ainda não foi suficiente para frear o processo de desmonte do SUAS. Faz-se necessário, portanto, avançar na luta enquanto categoria profissional engajada no seu compromisso ético-político.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na seção 2, esta pesquisa foi realizada a partir da perspectiva ontológica do conhecimento e da teoria social de Marx, que busca compreender o objeto pesquisado em sua totalidade, considerando a inserção das relações de classe no contexto histórico, econômico e social vigente. A pesquisa do tipo documental e bibliográfica, propôs-se a investigar a atuação do Serviço Social, através dos seus órgãos representativos, o conjunto CFES-CRESS, frente ao cenário de desmonte e precarização do SUAS nos últimos cinco anos, 2016-2020.

Foi observado na seção 3, que o Serviço Social é uma profissão cuja gênese está imbricada ao estágio do capitalismo monopolista no Brasil. A partir da perspectiva crítica adotada após o movimento de Reconceituação, a profissão atua sobre as expressões da questão social através da elaboração e execução de Políticas Sociais, dentre elas a Assistência Social, assumindo o compromisso ético-político de defender os direitos fundamentais dos usuários dessa e das demais políticas em que opera. Neste contexto, é lançado ao assistente social o desafio de uma intervenção comprometida com a defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seu avanço e fortalecimento.

Vê-se que desde o capitalismo concorrencial até a fase presente do neoliberalismo, as crises e desajustes decorrentes do desequilíbrio típico do modo de produção capitalista afetam trabalhadores e capitalistas, porém de maneiras bem diferentes. Nos contextos de crise, desemprego e recessão, os governos priorizam o socorro das empresas em detrimento do socorro à classe trabalhadora. Até mesmo as soluções criadas pelo Estado para acabar com o desemprego e a baixa demanda do mercado são feitas com o intuito de atenuar os prejuízos empresariais. Da mesma forma, as Políticas Sociais são utilizadas com o objetivo de mitigar os efeitos provocados pela crise do capital, oferecendo o mínimo necessário a uma população fragmentada pelos critérios de acesso às próprias políticas. Apesar dessa lógica, é através de políticas como da Assistência Social que milhares de brasileiros têm acesso a programas e benefícios que lhes garantem dignidade e sobrevivência. Porém, na última década, e mais especificamente nos últimos cinco anos, após o *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef, que abriu as portas para o início de uma era de governos de caráter ultraneoliberal no País, tem sido visto o acirramento da precarização e desmonte dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, sob a égide da financeirização e do neoliberalismo.

Conforme dito anteriormente, o Serviço Social é uma profissão que atua sob a diretriz do compromisso ético-político com o acesso universal aos direitos de proteção social. Logo, abraça o desafio de uma intervenção comprometida com a materialização e o fortalecimento do SUAS nesse contexto de retrocessos e precarização das políticas sociais.

Como objetivos específicos desta pesquisa propôs-se mapear as atividades estratégicas mobilizadas pelo conjunto CFESS-CRESS-SE acerca do debate e da luta da categoria na defesa do SUAS e analisar como o Serviço Social, segundo seu direcionamento ético-político, tem marcado posição junto aos movimentos sociais e outras categorias em defesa deste Sistema. Estes objetivos foram alcançados, através dos procedimentos metodológicos anteriormente definidos, como o levantamento e análise de documentos que registraram as ações da categoria (livros, brochuras, notas, notícias nos *sites* oficiais, relatórios de gestão do CRESS/SE e relatórios dos encontros do Conjunto CFESS/CRESS). A análise documental permitiu a confirmação da hipótese diretriz, de que esforços têm sido empreendidos pela categoria de assistentes sociais no sentido de fortalecer o SUAS, apesar do contexto de formação por vezes precário e da conjuntura adversa à mobilização da categoria. Confirmou-se também uma segunda hipótese: que de fato há uma tendência de luta política da categoria de Assistentes Sociais, através do engajamento com uma agenda de ações e articulações com movimentos sociais em defesa do SUAS.

Entre os resultados obtidos no transcorrer da investigação, estudos e análises realizadas, é possível considerar que as lutas em defesa da materialidade do SUAS nos rumos da sua universalização (embora sob ameaça de destruição intensificada nos últimos cinco anos) têm possibilitado a retomada do debate que os aproximam ainda mais da dimensão ético-política do projeto profissional do(a)s assistentes sociais brasileiros. Percebeu-se também uma intensificação das atividades realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS voltadas para a defesa da Seguridade Social e do SUAS, levantando bandeiras como: “Não aos cortes da Seguridade Social e do SUAS”; “Nenhum direito a menos”, “SUAS Resiste” e outros. Além disso, a categoria tem se posicionado junto a movimentos sociais e entidades representativas dos Trabalhadores/as do SUAS, como a FNTSUAS, para unir forças na mobilização contra os ataques que a Política de Assistência vem sofrendo nos últimos anos, sobretudo após a promulgação da Emenda Constitucional N° 95, que congelou os gastos com políticas públicas por 20 anos, o que tem piorado os cortes no orçamento da PNAS.

Para o Serviço Social, o desafio e a luta continuam. Enquanto os direitos da população mais vulnerável estiverem sendo ameaçados, a categoria deve continuar engajada com o

compromisso de defendê-los. Ainda que sob uma conjuntura política adversa, que criminaliza os movimentos sociais e todo e qualquer grupo que se identifique com a esquerda, os movimentos continuarão resistindo.

No transcorrer da pesquisa alguns desafios foram encontrados, como é de praxe, neste processo; porém um deles, e sem dúvida o mais impactante, foi a chegada da Pandemia mundial de Covid-19 no nosso País, estado e cidade, que além de ter paralisado nossas atividades por um longo tempo, causou medo, pânico, dor e sofrimento, ceifando vidas. Lembro-me que a última vez em que estive pessoalmente na Universidade para assistir a uma aula do mestrado foi em março de 2020. No dia seguinte, foi lançada uma portaria suspendendo todas as atividades acadêmicas presenciais, e a partir de então, até hoje, seguimos no processo de aprendizagem e pesquisa à distância, sendo intermediados pela tela de um computador ou pelo celular. Aos poucos, percebemos que os impactos dessa nefasta Pandemia chegariam também na academia, pois as pesquisas são produtos do trabalho árduo de pessoas que também estavam sendo afetadas por ela em algum aspecto: na própria saúde, na economia doméstica ou no acesso aos recursos indispensáveis para continuar pesquisando. Foi necessário adaptar-se. E assim fizemos. Alteramos alguns procedimentos metodológicos e procedemos a pesquisa através da coleta virtual de documentos que nos levasse a desvendar o objeto, e aqui chegamos.

Assim, esperamos que esta pesquisa venha oportunizar a contribuição do conhecimento científico acerca da atuação da categoria dos/as assistentes sociais no fortalecimento e na defesa do SUAS no estado de Sergipe, frente aos desmontes dos direitos sociais que vêm ocorrendo no Brasil nas últimas décadas. Espera-se ainda contribuir para o aprofundamento da discussão desta temática, dentro do eixo da linha de pesquisa a que se enquadra, a saber: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social. Esperamos também que esta dissertação seja parte imprescindível do acervo do PROSS da UFS, podendo também subsidiar a formação, as pesquisas e a extensão acadêmica de modo a fortalecer a profissão e os profissionais de Serviço Social, especialmente numa conjuntura de crise e de desmontes das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa *et al.* O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Temporalis**, Brasília-DF, ano, v. 6, p. 27-38, 2006.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

BALASSIANO, Marcelo. Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais. **FGV**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/en/node/20174>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, [2016]. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 8 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 10.316, de 7 de abril De 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Brasília, Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm). Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: CNAS, 2006. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**: Norma Operacional Básica NOB/SUA. Brasília: PNAS, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 2 nov. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da Política Social. *In*: BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (orgs.). **Capitalismo em Crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CAIRNS, Earle. **O Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARTA DE MACEIÓ. **Seguridade Social Pública: É possível!** *In*: XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS. Alagoas, 2000. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional\\_cartas\\_maceio.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf). Acesso em: 28 out. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Proteção social em tempos de Covid-19. **Saúde em debate**, v. 44, p. 88-99, 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã: 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Assistentes sociais contra os novos cortes no orçamento Federal para 2019. **CRESS**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/2018/09/24/assistentes-sociais-contra-os-novos-cortes-no-orcamento-federal-para-2019/>. Acesso em: 7 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Assistentes sociais também estão na luta em defesa da seguridade social e do Suas. **CRESS**, Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1270>. Acesso em: 7 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Trilingue Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão. CFESS: Brasília, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Serviço social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 7 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. **CFESS**, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf) . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas). Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf) . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Seminário Nacional: O Trabalho do Assistente Social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO\\_SS\\_no\\_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social:** Serviço Social reafirma seguridade social pública e estatal possível. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf> . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Trabalhar na Assistência Social em Defesa dos Diretos da Seguridade Social:** Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de trabalhadores da assistência. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhaSUAS\\_FINAL.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhaSUAS_FINAL.pdf) . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Coronavírus: e quem trabalha na política de assistência social?. **CFESS**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717> . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta:** Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf> . Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta:** O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Vitória/ES: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta:** Edição Especial Contra o Desmonte da Seguridade Social. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-NaoAoDesmonteSeguridade.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta:** Sem orçamento público não tem assistência social, trabalhadores/as e usuários/as das políticas assistentes sociais em defesa do suas e dos direitos da população! Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ConferenciaAssistencia-Site.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta:** Em defesa da política de assistência social e do trabalho de assistentes sociais. Fortaleza: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-2SeminarioAssistencia-Site.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2016.** Comissão de Políticas Públicas. 18º Região. Aracaju, 2016. Disponível em: <https://cress-se.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2017.** Comissão de Políticas Públicas. 18º Região. Aracaju, 2017. Disponível em:

<https://cress-se.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510> Acesso em 11 de setembro de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2018**. Comissão de Políticas Públicas. 18º Região. Aracaju, 2018. Disponível em: <https://cress-se.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2019**. Comissão de Políticas Públicas. 18º Região. Aracaju, 2019. Disponível em: <https://cress-se.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2020**. Comissão de Seguridade. 18º Região. Aracaju, 2020. Disponível em: <https://cress-se.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=20242305-9297-4873-acc-8ee173826510>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. Vamos Levante e Lute, senão a gente acaba perdendo o que já conquistou. *In*: 46º Encontro nacional conjunto CFESS-CRESS, [Brasília-DF] 07 a 10 de setembro de 2017. **Seguridade Social**, Brasília, 2017, p. 21-22. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FALCÃO, Manoel Franco. **Enciclopédia Católica Popular**. Paulinas, 2004. Disponível em: [http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id\\_entrada=48](http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=48) Acesso em 17 nov. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 17, maio-ago. 2011.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 33-76, 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lucio. Investigação Urbana e Sociedade. *In*: REIS *et al.* (orgs). **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, n. 21, pág. 117-140, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. O que é desemprego? **IBGE**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 1 nov. 2021.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, p. 73-82, 2007.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Sérgio. **Capital e estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LONARDONI, Eliana, *et.al.* O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: [https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm) Acesso 07 de fevereiro 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MELATTI, Kelly. Coronavírus: e quem trabalha na política de assistência social?. **CFESS Entrevista**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717> . Acesso em: 5 nov. 2021.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de L. Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, n. 120, p. 640-661, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: Um ensaio sobre sua gênese a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Andrea Barreto de *et al.* **O Novo regime Fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil**. Nota Técnica nº 27. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7267>. Acesso em: 1 nov. 2021.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. Introdução ao método da teoria social. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 668-700.

PAULO NETTO, José. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate (UCPel)**, Rio Grande do Sul, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 420-437, 2011.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. *In*: **Assistente Social**: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAHB, Camille. Como a assistência social amorteceu a crise de covid-19. **Nexo Políticas Públicas**, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Como-a-assist%C3%A2ncia-social-amorteceu-a-crise-de-covid-19>. Acesso em: 1 maio 2021.

SALVADOR, Evilásio. Desmonte do Financiamento da Seguridade Social em Contexto de Ajuste Fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à Pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Katálisis**. Florianópolis, v 10, p. 64-72, 2007.

SILVA, Lorena Duarte da; PAVAN, Maya. Auxílio emergencial ou negligência governamental? **Revista Pet Economia UFES**, v. 1, n. 2, p. 18-21, 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Trabalho e previdência social no Brasil no contexto de crise do capital. **O Social em Questão**. Ano XVIII - nº 34, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez., 2017.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Direitos sociais, políticas sociais e novos desafios para o Serviço Social. *In*: RONDON, E.; ARAÚJO, S. S.; ROCHA, S. (orgs.). **Serviço Social, velhas e novas fronteiras**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ANEXO I – Cartaz que ilustra a Nota Pública do CFESS contra o primeiro damismo e o desmonte do SUAS



**ANEXO II** - Cartaz do Ato/Live "Assistência Social, Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Popular" realizado por várias Entidades e apoiado pelo CFESS em 2020

**ATO** No Dia Nacional da Assistência Social reafirmamos...

Mediador: Prof<sup>o</sup> Renato de Paula

**"Assistência Social, Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Popular"**

**07 DEZ**

**17<sub>h</sub>**

**LIVE**

**AO VIVO**

Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade

Denise Carreira Prof<sup>a</sup> Joaquina Barata

**Contará com a participação das entidades:**

- FNUSUAS
- FNTSUAS
- MNEAS
- CNAS (soc civil)
- Frente Parlamentar
- CONGEMAS
- FONSEAS
- RBR

**ANEXO III** – Cartaz do II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva Aracaju, realizado com apoio do CRESS-SE em 2018, com participação de Ivanete Boschetti.

Tema: “A Seguridade Social que temos e a que queremos”

## II Seminário do Serviço Social do INSS na Gerência Executiva Aracaju

“A Seguridade Social que temos e a que queremos”

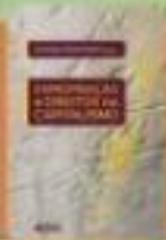


**Ivanete Boschetti**  
Professora Doutora (ESS/UFRJ)  
**Palestrante**

Tema:  
“Seguridade Social: direito e conquista da classe trabalhadora”

**Nelmires Ferreira**  
Professora Doutora (DSS/UFS)  
**Debatadora**





**Lançamento em Sergipe do livro:**  
**“Expropriação e Direitos no Capitalismo”**  
Ivanete Boschetti (Org.)

**Dia: 16 de agosto de 2019 - 08:00 H**  
**Local: Auditório da Didática VII (UFS)**

**Apoio**



**Realização**

Serviço Social do INSS  
Gerência Executiva INSS Aracaju

## APÊNDICE A – Roteiro de Análise Documental

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

**PROJETO DE PESQUISA:** *“O Serviço Social na Luta Contra a Precarização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Sergipe”*

**Mestranda:** Miriam Santos Prescinca Correia

**Orientadora:** Profa. Dra. Nelmires Ferreira da Silva

#### **1 - Identificação:**

a) Tipo de documento (carta, cartilha, matéria, relatório, ata, fotografia etc.): \_\_\_\_\_

b) Tipo de Ação (atos, fóruns, seminários, debates, manifestação, etc.): \_\_\_\_\_

c) Data do documento: \_\_\_\_\_

d) Fonte: \_\_\_\_\_

#### **2 – Motivações e Objetivos:**

b) Houve algum(a) atitude ou acontecimento específico que provocou esta ação?

c) Quais o(s) objetivo(s) da entidade em promover esta ação?

d) Quais foram as principais bandeiras de luta e palavras de ordem desta ação?

#### **3 - Articulações:**

a) Qual(is) entidades realizou(aram) esta ação?

b) Qual(is) entidades foram parceiras na realização desta ação?

c) Qual(is) entidades apoiaram ou patrocinaram esta ação?

d) Qual(is) entidades participaram desta ação?

e) Assistentes sociais do município estiveram presentes? Quantos?

f) Assistentes sociais de outros municípios estiveram presentes? De quais? Quantos?

g) Outras categorias profissionais estiveram presentes ou apoiaram esta ação?

#### **3 - Impacto/Repercussão:**

a) A ação foi divulgada na mídia ou em redes sociais? Quais?

b) Após realizada, houve alguma repercussão acerca desta ação?

c) Se possível anexar uma foto que represente esta ação.